



## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CONATRAE  
31-07-2007

### Degração

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Na pauta, de hoje, nós temos alguns pontos importantes e um tema conjuntural destacado que é o episódio da Fazenda Fagriza que, comentando agora com o Ministro, acaba acontecendo num momento positivo, importante, porque serve de experiência, aprendizado, conhecimento profundo para uma ação preventiva, ampla, relacionada com a perspectiva de uma grande expansão da produção do Etanol no Brasil, do álcool, em regiões novas. Comentava também que se um investidor, como o Jorge Soros, começa a adquirir terras em grande quantidade para dinamizar esse tipo de produção, é fundamental que o Estado se antecipe balizando, normatizando no sentido de que há o risco dessa nova produção ser feita em mecanismo superados de terceirização e o nosso governo é um governo que pretende se pautar, se caracterizar como um governo em que as relações de trabalho, as desigualdades sociais elas avançam no sentido de progresso, de equilíbrio, de justiça e não de retrocesso. Então nesse sentido, Ministro Lupi, eu faço essa abertura e antes de começar a pauta passo a palavra ao Senhor para que faça, livremente, exposição e inclusive já soubemos, acompanhamos a discussão na OIT, abordando, inclusive, o trabalho escravo, suas viagens. Depois o Ministro terá que se ausentar, eu fico mais, mas não posso ficar até o final, a Dr. Ruth assume a presidência e a pauta que todos têm ela pode ser alterada envolve, também, um pronunciamento formal a respeito do episódio recente da Fazenda Fagriza e um planejamento básico das reuniões até o fim do ano. Então, por favor, Ministro.

**Ministro Carlos Roberto Lupi** – Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Agradeço ao Ministro Paulo a gentileza da apresentação, a Dr. Ruth a eficiência permanente dos seus trabalhos. Essa área que a gente forma esse Conselho, é uma área hoje muito visualizada no mundo. Eu conversando agora com o Dr. Paulo, transmiti a ele algumas preocupações que nós temos que ter: primeiro na questão da soberania nacional, da visão estratégica, do papel do nosso país numa correlação de interesses muito fortes com o restante do mundo, da importância que tem e que cada vez mais terá essa questão do Etanol para mundo e na

situação privilegiada que o Brasil tem nessa área de perspectivas futuras, como uma energia alternativa. Eu estive no Encontro Mundial na OIT, pela primeira vez, agora em Genebra, e a gente percebe com clareza uma pressão muito grande direcionada contra o Brasil. Reunimos lá cerca de 160 países do mundo, em torno de 117 Ministros de Estados presentes, cerca de oito chefes de Estado, presidentes, reis, que fizeram algum tipo de fala, apresentação, uma reunião com representação brasileira tripartite, tinha representação dos empregadores e dos empregados. Percebi, com muita clareza, um direcionamento muito forte nessa questão do Etanol visando prejudicar a visão do Brasil, isso é um dado concreto. Alguns companheiros que estavam presentes comigo, tanto da parte da representação dos trabalhadores quanto dos empresários, observou nessas reuniões, nós tivemos que ter uma atitude muito firme com alguns países opostos, como no caso de Cuba, Ministro do Trabalho cubano, como o caso do Ministro do Trabalho da Alemanha e de uma reunião que tivemos com a comunidade europeia, representação do Ministro do Trabalho da Europa e os que eles chamam comumente dos quatro emergentes, o Brasil, Índia, China e eles não chamaram a Rússia, chamaram a África do Sul. Claramente eu percebi um direcionamento para degradar a imagem do Brasil nessa área, muitos daqueles discursos que os senhores estão acostumados a ler e a ouvir, a questão do Brasil é a substituição do alimento da população da cana, a questão do trabalho degradante, da exploração do trabalho infantil, isso era praticamente uma voz muito parecida entre pólos diferenciados, de regimes de visão de mundo, de Cuba passando pela Alemanha e outros países. Nós naquele momento fizemos uma reação muito forte proporcional ao tipo de leviandade que foram levantadas contra o nosso país, porque além dos exageros e algumas mentiras colocadas, tinha-se também ali, claramente, os interesses comerciais que estavam movimentando aquelas falas e os interesses que envolvem aquelas falas, ao ponto de que quando chegamos ao Ministro cubano e eu perguntei a ele – o senhor já foi ao Brasil alguma vez? Não. O senhor sabe que no Brasil são oito milhões quinhentos trezes mil quilômetros quadrados? Oh, é muito grande. O senhor sabe que o Brasil desenvolve há trinta e cinco anos a tecnologia do álcool, que é o primeiro país no mundo a ter um carro movido a álcool? Então o senhor muda o alvo do seu canhão porque ele está com o alvo errado. Todo mundo riu. Mas é brincando que a gente vai falando algumas verdades. Estou passando esse histórico para os senhores porque eu considero um fio tênue entre a ação governamental, que tem que ser forte, transparente e eficiente no combate a todo tipo de abuso de trabalho, e esse é o papel principal do Ministério do Trabalho, da SIT, que é a Secretaria de Inspeção de Trabalho, das duas equipes móveis. Nós temos que ter um cuidado muito grande para que esse fio tênue não consiga a ser um inspirador da destruição da nossa própria imagem. Eu não estou afirmando nada, eu estou levantando essa questão com um debate que nós temos travar com transparência, mas com muita coragem. Eu considero que o momento nosso é muito rico, porque nós estamos num processo que o Brasil ainda detém uma tecnologia considerada de ponta nessa área, mas não menosprezemos nossos irmãos de outros países que também já trabalham nesse desenvolvimento, com muitos investimentos, agora, que não tem como desenvolver a capacidade que nós temos de ter o sol vinte e quatro horas por dia, doze meses do ano, a fertilidade da nossa terra e nem a água, ai fica uma complexidade maior para eles apesar de todo o avanço tecnológico. Então, eu considero que o papel do Ministério do Trabalho é não abrir mão da firmeza no cumprimento da constituição, das normas, das leis, com o cuidado necessário para que a gente saiba o limite tênue que existe entre a autoridade e o autoritarismo, é um limite tênue, mas a gente tem que ter sempre essa consciência. Nós há dois meses estamos debatendo com a SIT, conversei agora com o Ministro Paulo sobre isso, queremos fazer o que chamamos de marco zero, já estávamos prevendo isso lá no Pará, onde a Dr. Ruth me disse vezes que não existia plantação de cana e eu, intuitivamente, afirmava que existia e acabou, infelizmente, o acidente lá, uma constatação

de alguns abusos exatamente no Estado do Pará e a gente já estava prevendo fazer lá, mas por causa da migração de mão-de-obra vindo do Maranhão e Piauí, principalmente da área de extração de minério, era nossa tese inicial e fazer uma grande campanha envolvendo os três governos estaduais: Pará, Maranhão, Piauí, as Assembléias Legislativas, porque veio uma comissão, eu chamei a Dr. Ruth para estar aqui quando os deputados estaduais teve lá atrás, solicitando que fizéssemos uma grande campanha educativa, informativa envolvendo toda a sociedade organizada e os governos estaduais, municipais chamou-se esse marco, de marco zero do trabalho degradante, escravo no Brasil, que seria no Pará. Então, o estudo que estávamos fazendo a algum tempo, agora nós estamos nos arremates nesse processo, de consulta, de instrução e a gente tem a grande preocupação, e eu já falei que este é um limite muito pequeno, mas a gente precisa enfrentar isso com coragem, que atrás está a imagem do Brasil, que é maior do que qualquer interesse, interesse comercial também está junto, é óbvio, mas o interesse da imagem brasileira é muito importante nesse processo, porque já é uma rotina a gente assistir a tentativa que fazem de merecer, de diminuir a imagem do nosso país no exterior. Eu percebi isso tanto na OIT como agora que eu estive em Roma, na reunião com o Ministro do Trabalho Italiana e algumas entidades sindicais, e o mesmo questionamento feito em jornais, a gente dando entrevista sobre isso, tentando explicar, inclusive eu fiz o desafio que nós fazemos no Brasil, está na página do MTE, Ministério do Trabalho e Emprego, acessível a qualquer país do mundo, agora como é o trabalho dos Estados Unidos? Não tem? Como são os latinos? Como são os mexicanos tratados lá? Vamos também discutir. Como são os trabalhadores de Cuba? Olha que eu tenho apressos e afeições por questões pessoais a Fidel, pela história de Cuba, mas como é o trabalho em Cuba também? Por que só o Brasil? E aí tem um foco claro deles terem noção do potencial que nós temos e que nós tenhamos um celeiro, vamos falar aqui a pura realidade. Em um espaço de tempo muito mais rápido que eles nós podemos supor, de um combustível alternativo muito importante estratégico para a nação brasileira. Então eu queria fazer o depoimento da nossa preocupação com isso, nós estamos dentro, o Ministério do Trabalho querendo agir com maior equilíbrio possível, essa questão da Fagrisa é uma questão recente, eu recebi o presidente da Fagrisa, uma comissão de deputados e um senador, que veio aqui, apresentaram suas justificativas, eu disse a eles que iria aguardar os relatórios que a equipe do Ministério do Trabalho ia fazer, já terminaram, estamos preparando para mandar a todos os interessados e está aberta o acesso daqueles interessados, inclusive os advogados estiveram aqui, já tiveram acesso livre, é uma documentação muito forte, muito bem fundamentada, com filmes, com fotos, com uma ação que tem nove anos implementada pelo Ministério do Trabalho, há nove anos se tem uma autuação nessa empresa, lá em Belém do Pará, não é uma coisa recente, nem uma coisa direcionada, toda ela documentada, fotografada, filmada, auditada ou com pelo menos uma centena ou mais de testemunhos assinados, documentados, é um material muito farto. Como eu falei o dono da empresa, os deputados e senadores encaminhariam ainda hoje esse relatório e eu pessoalmente quero lhes confessar que estou muito convencido com o relatório, me impressionou o relatório, sinceramente nós podemos deixar a disposição de cada um que queira examinar de ponta a ponta, não temos o que esconder, nós não temos o que esconder. Pedi o relatório da Polícia Federal que acompanhou, do Ministério Público que acompanhou, de todos os órgãos ainda não recebi, mas iremos receber, porque eu quero conferir esses relatórios com o relatório do Ministério do Trabalho, porque eu também não quero aparecer para a imagem nem da opinião pública, nem dos empresários, nem de ninguém, que o Ministério do Trabalho está agindo ao arbítrio da lei, fora da lei vamos dizer assim exagerando, porque se assim o tiver nós puniremos, não estamos aqui para cometer exagero nenhum, agora nós temos que cumprir a lei. Eu sai muito impactado da reunião com os empresários, com o dono da empresa que esteve aqui, com os deputados, pedi uma urgência, Dr. Ruth, nessa verificação, são volumes que, são quantas

páginas Dr. Ruth? Quatro mil páginas. Tudo documentado e está a disposição de quem quiser. É claro que eu não vou ficar distribuindo quatro mil páginas pra todo mundo porque haja material para todo mundo ler, mas quem quiser acessar está a disposição e começamos pelos advogados da empresa. É claro que tudo pode ser corrigido, é claro que você pode encontrar uma saída razoável para tudo na vida, mas não serei eu que farei do Ministério do Trabalho, qualquer trabalho que não tenha por base a verdade e os fatos, a base ali são os fatos comprovados e documentados. Se conseguirem me comprovar que tudo aquilo que eu li, eu não li tudo porque não deu, é muita folha, mas o que eu passei e olhei, é fruto de alguma imaginação eu gostaria de ter essa comprovação contrária, porque é muito forte. Eu não faço isso com nenhum prazer, ao contrário, eu lamento. Não gostaria de estar dizendo isto aqui, gostaria até de poder cobrar do meu Ministério, minha equipe, os erros que pudessem ter cometido, porque no estudo pode ter alguns exageros, mas agora a documentação é muito forte, confesso a vocês que é muito forte. Então eu queria dar este depoimento, se fosse ao contrário também faria, iria aqui e dizia – Erramos, que não tem, faria da mesma tranqüilidade, porque não há pressão nem de corporativismo nem de outras que possam fazer mudar o relato da realidade, dos fatos, e repito: não é um ato do Ministério do Trabalho nessa empresa, há nove anos tem rotinas de autuações, de comprovações, de documentações do Ministério do Trabalho, do Ministério Público, da Polícia Federal e de entidades, e inclusive, entidades não governamentais. Está acessível a todos. Eu termino por dizer o papel nosso, já tomei tempo demasiado dos senhores e senhoras, é buscar dentro do Ministério do Trabalho uma campanha educativa, informativa em todos os setores que tenham, por ventura, esses excessos, esse marco zero que a gente quer fazer no Pará é com este objetivo: educativo, informativo. Por isso, estamos querendo organizar a sociedade civil como um todo, o Ministro Paulo com certeza nos ajudará depois que terminarmos essa parte técnica que os auditores fazem, nós vamos também conversar com o nosso Ministro que coordena essa comissão para dar suas sugestões e se possível o seu comparecimento junto lá numa ação de educação, informação, esclarecimento que a gente precisa tomar para o Brasil estar na vanguarda desse processo, nós queremos estar na vanguarda, fazer antes dos fatos serem cobrados pelo governo brasileiro e a orientação do Presidente é dar transparência total as nossas ações. O Presidente da República me orientou pessoalmente dizendo: Ministro, eu quero total transparência, eu quero fortalecimento das instituições democráticas, eu quero que o Ministério do Trabalho trabalhe permanentemente baseado na legalidade. Então era o depoimento que eu queria fazer, senhoras e senhores, e dizendo mais ainda, há quatro anos o Brasil, na OIT, não faz parte de nenhuma lista de recomendações negativas, que é uma lista ampla que tem cem países e uma outra menorzinha, nenhuma lista, nenhum país propôs o Brasil como aspecto negativo em nada nos últimos quatro anos da OIT, isso é muito importante porque há muitos anos isso não acontecia, acho que a Argentina está lá, o Chile, tem vários países da América Latina integrando essa lista, Cuba inclusive, e o Brasil não consta nem como sugestão, isso é muito importante porque tem que ser orgulho para a gente. Nós estamos buscando, procurando manter essa imagem do Brasil no exterior, sempre esse cuidado, e eu gostaria de ter sempre esse poder de saber esses limites tênues entre ação correta, firme e a linha tênue do livre arbítrio que o autoritarismo pode exceder a autoridade, esse é o principal desafio da gente e eu confesso aos senhores que eu permanentemente tenho uma angústia muito grande, porque eu tenho muitas dúvidas nessa ação de até aonde vai à autoridade e onde começa o autoritarismo, a gente tem uma lista muito tênue. Agradeço aos senhores e senhoras a paciência de me ouvir, vou ficar um tempo aqui ainda.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Muito obrigado Ministro. Então a minha proposta é que o senhor fique, mas este ponto que eu proponho inversão de pauta, para já discutir, de início,

o episódio recente que já foi abordado, referido agora, viria depois dos informes, mas nós deixamos os informes para depois aproveitando para fazer a discussão juntos e juntos, aqui, aprovarmos encaminhamentos pertinentes a Comissão e também aos dois Ministros presentes. De acordo? Então como ficou, Zé Guerra, pensada o início da abertura desse tema? Quem abre a discussão dele?

**José Guerra** - Colocava a questão da atuação do grupo de fiscalização na empresa Fagrisa e toda a...

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Então eu vou propor a Dr. Ruth faça isso, eu já fiz referencia, o Ministro Lupi fez, mas agora entrar mesmo aqui, o grupo móvel, como foi, o que foi essa vinda de uma comissão aqui com a surpreendente visita do deputado Paulo Rocha, que é, inclusive, autor de projeto de lei. Eu quero contar também, que peguei carona, de São Paulo para cá, com o deputado/presidente Arlindo Chinaglia e também o ex-Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e nós fizemos durante o vôo, que foi longo porque era um desses aviões turbo-hélice, uma pauta de direitos humanos em primeiríssimo lugar a questão da PEC438, lembrando – vamos colocar esse negócio em votação ou não vamos? – Ele, realmente se colocou a disposição, inclusive, ecoando a posição que o Ministro Marinho tinha, que eu não sei se a nossa comissão tem, se valeria a pena apreciar, atualizar, que assim, seria preferível colocar em votação mesmo para que ela seja derrotada, mas não deixar seguir como uma coisa que entra ano e sai ano e fica lá parada etc. e tal. Não é o tema de agora, pode ser da fase seguinte, mas como o presidente Arlindo Chinaglia se manifestou assim inteiramente interessado, eu contei que haveria reunião hoje e disse – olha, a gente faz uma atualização desse tema e se a posição for essa, então, a desencadeia também esse processo. Eu repito aquela menção que eu fiz ao lado benéfico que tem o ocorrer o episódio Pagrisa agora, benéfico porque todo mundo está sabendo que o país tenta entrar agora numa rota que a nossa geração não viveu ainda, aqui tem mais de uma geração nessa mesa, então vamos dizer as duas gerações aqui presente, que é um processo de crescimento que não é mais vôo de galinha, não é mais Stop and Go, e é um processo que pensa no desenvolvimento. Nós temos trabalhado nos Ministérios há três, quatro meses, tivemos uma reunião com o Presidente ontem, para ir compondo o chamado, sem nome ainda, PAC Social que é o conjunto de medidas na várias áreas para que não haja no Brasil um plano econômico acelerado, como os indicadores e os fundamentos econômicos estão propiciando, repetindo o que foi, por exemplo, o ciclo do crescimento econômico do chamado Milagre Brasileiro em que o social não foi levado em conta, então, o Brasil não pode repetir isso, o governo Lula não quer repetir isso e não pode. Então, nessa linha como de fato não apenas o PAC, mas, sobretudo, o programa geral combustível, biomassa, etanol, projetam um processo de dez, vinte anos de mudanças profundas nisso. Paira sobre o Ministro, sobre nós, sobre essa comissão um responsabilidade nova, especial que é um aprendizado que temos, o acúmulo que essa comissão tem, mais do que ninguém tem sobre o tema, de quais são medidas, o que fazer, e claro que levando em conta a delicadeza dos aspectos que o Ministro Lupi lembrou. Quer dizer, haverá aí também, agora, aquela sutileza de apoios internacionais que lembram a velha experiência de Tróia no sentido de que – bom, se o Brasil agora ele começa a exportar soja, ele começa a ter uma atenção na rodada dólar sobre a questão dos subsídios agrícolas europeus e da América do Norte. Tudo isso, então, nós temos essa sensibilidade, a sensatez de compreender separar joio de trigo, mas não vacilar no combate ao trabalho escravo, para que ele seja erradicado no Brasil. Eu peço, então, que a Dr. Ruth assuma a discussão dentro desse ponto que nós combinemos de não deixar passar de uma hora, realmente, ver as intervenções tudo isso, para antes de uma hora ter uns dez, quinze

minutos para encaminhamentos de aprovação, inclusive, de uma proposta, de uma manifestação, de uma nota, que vai ser submetida à reunião. Por favor, Dr. Ruth.

**Ruth Vilela** – Boa tarde a todos. Vou tentar ser mais objetiva possível, mesmo porque esse é apenas um dos temas da nossa pauta de hoje e existem outros temas de igual importância. Nós estamos hoje discutindo esse episódio da inspeção nessa empresa especificamente a Fagriza, porque na verdade foi o fato mais recente e ganhou visibilidade na mídia, não essa comissão, evidentemente, não nós o Ministério do Trabalho, mas todos os membros e demais parceiros, não tem como desconhecer. Mas na verdade esse é mais um dos episódios que vem se somar a outros já acontecidos. No curso ou quando finalizadas algumas ações do grupo ontem. O exemplo mais próximo, eu acho que mais fácil para todos nós lembrarmos, como uma referência, foi o episódio da fiscalização da destilaria Gamileira, no Mato Grosso, ele não é só semelhante em relação ao número de trabalhadores, também um número expressivo como agora o caso da Pagriza, mas também porque houve uma tentativa de intervenção no curso da ação e depois uma tentativa de pressão posterior através de um grupo de parlamentares. Na época da destilaria Gamileira, o Ministro era o Berzoini e da mesma forma, junto com ele, recebi aqui alguns parlamentares que vieram questionar a ação, a atuação e a conduta do grupo móvel de forma muito semelhantes ao que aconteceu agora, com a diferença que o Ministro Lupi, recentemente chegado ao Ministério, ele de certa forma foi mais colhido de surpresa do que na própria época do Ministro Berzoini, que já havia saído da Previdência e estava aqui, e talvez ele já estivesse um pouco acostumado a este tipo de surpresa porque o Berzoini no exato dia em que ele assumiu o cargo de Ministro do Trabalho e Emprego foi o dia que eu tive que lhe dar a péssima notícia do assassinato dos auditores fiscais, em Unaí. Mas essa conduta, na tentativa de intervenção do decorrer da ação e posteriormente uma tentativa de convencimento na autoridade máxima do Ministério por parlamentares, também acompanhando a empresa, nós não podemos dizer, na verdade, que isso é uma novidade, isso já aconteceu várias outras vezes e eu acredito que no decorrer do tempo isso continue acontecendo. O que é necessário? É necessário cada vez mais, como o próprio Ministro Lupi disse que nós auditores, nós dos grupos móveis eles tentem cada vez mais aperfeiçoar seus instrumentos, suas ferramentas de trabalho e a sua conduta, porque após um episódio como esse na região, sem dúvida alguma, é um grande alívio não só para nós, mas principalmente pro Ministro verificar a qualidade do relatório, das imagens registradas e da documentação anexa a esse relatório. Quando isso acontece, evidentemente, as autoridades ficam numa situação mais confortável, isso não significa que esse é um julgamento definitivo, porque os processos continuaram tramitando e a empresa, o empregador, ele tem direito de defesa não só no legislativo como também perante o poder judiciário. O que eu julgo, independentemente, desse caso da Pagriza, eu repito ele é apenas o mais recente, mas não é o único. O que eu acredito que seja mais importante para nós auditores, nós coordenadores dessas ações, é cada vez mais irmos aperfeiçoando os nossos instrumentos e a nossa conduta. Apenas para registro dos senhores eu quero dizer, que gradualmente nós realizamos reuniões com as equipes móveis, pelo menos uma a cada semestre, e de tempos em tempos temos inclusive tentado aperfeiçoar o nosso manual de conduta em conjunto com o Ministério Público e a Polícia Federal. Nesse momento estamos terminando mais uma vez uma nova versão do manual de conduta tentando aperfeiçoar cada vez mais essas normas e cada vez mais aproximar as nossas ações e nossas atuações dos conceitos legais a partir do conceito maior que é o artigo do Código Penal. Então todas essas ações de aperfeiçoamento, que são feitas constante, tendo a participação da Polícia Federal e do Ministério Público, e os cursos de capacitação que são ministrados alguns deles com o apoio da própria Organização Mundial de Trabalho. Para finalizar eu acho importante relatar, que hoje, diferentemente do passado, nós temos textos da melhor qualidade pro

Ministro, Procuradores do Trabalho, Procuradores da República, pelo nosso próprio pessoal e por diversos parceiros que não deixam, atualmente, margem quase nenhuma de dúvida a respeito do conselho do trabalho degradante e do trabalho escravo. Nosso esforço é aprimorar cada vez mais essa visão, esse entendimento, essas idéias para gerar, evidentemente, segurança para nós e, evidentemente, para as empresas. O Ministro Lupi já deu a notícia para vocês do esforço que nós temos feito, de estudar, elaborar, detalhar projeto para essa nova etapa, mas ele é, basicamente, voltado para medidas de prevenção. Sendo medida para um acompanhamento mais eficiente da migração dos trabalhadores, sejam medidas para qualificar esses trabalhadores para garantir o acesso aos degraus primários da cidadania, obtenção de documentos, alfabetização de adultos e etc. Nós estamos numa fase final de elaboração dessa proposta e com toda a certeza ela será partilhada com vocês que para garantir o sucesso, sem dúvida alguma, nós levaremos o apoio e a satisfação a esse grupo. Eu creio nisso, que, elaborar um documento diante do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho. E, nesse encaminhamento, eu gostaria de fazer o que a gente sempre fez. A iniciativa não partiu, muito embora, para nós, seja motivo, realmente, de gratidão e agradecimento por esse do Ministério do Trabalho.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Está ótimo. Quem pode fazer a apresentação dessa proposta e explicar como foi pensada, quem que ajudou.

**José Guerra** – Boa tarde. Para quem não me conhece ainda, sou José Guerra. Eu sou especialista em políticas públicas e gestão governamental. E, desde maio, estou trabalhando na Secretaria de Direitos Humanos como assessor do Ministro Paulo Vanuck. Bem, essa Nota partiu da repercussão da ação de fiscalização do Grupo Móvel na empresa Fagrisa, principalmente por alguns ataques feitos de forma não muito fundamentada e por uma certa pressão que surgiu dessa atuação, inclusive com uma visita ao gabinete do Ministro Carlos Lupi. Então, surgiu, em conversa minha com o Leonardo Sakamoto, a idéia da gente, aqui na CONATRAE, sair com a Nota não tratando diretamente do caso Fagrisa. Eu acho que a gente não precisa estar colocando, diretamente, o caso Fagrisa, mas uma Nota, num momento desse, em que há um ataque, tentativa de desqualificação do trabalho do grupo de fiscalização, da gente sair com a Nota em defesa, em apoio ao instituto do Grupo de Fiscalização Móvel. E, nessa Nota, a gente coloca, claramente, que o Grupo Especial de Fiscalização, mais que uma política de governo, é uma política de Estado. Nós estamos chegando, agora, no quarto mandato presidencial, em que há participação dessa instituição. Já são doze anos de instituição do Grupo de Fiscalização e mais de vinte e cinco mil trabalhadores revirados à condição análoga de escravo. Então, eu gostaria de passar para o Leonardo o que explica, mais ou menos, a redação desse texto, mas, colocar bem claro que, mais que uma política de governo, o combate ao trabalho escravo é uma política estatal, de Estado.

**Leonardo Sakamoto** – Boa tarde para todo mundo. Bem, para quem não me conhece, sou Leonardo Sakamoto, coordenador da Repórter Brasil. Eu acredito que o Guerra tenha falado quase tudo. Eu queria perguntar para o Ministro se ele acha interessante que a gente leia a Nota.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Pelo que nos parece, ela é curta, né? Podemos ler.

**Leonardo Sakamoto** – Eu vou ler, então, rapidamente. Tentar ler um pouco mais rapidamente.

**Ministro Carlos Lupi** – Só a título, só para deixar clara uma coisa para não ter dúvida porque eu gosto das coisas muito transparentes na minha vida. Eu recebi senadores e deputados, inclusive sem saber qual era a pauta, fiquei sabendo em cima da hora, como eu receberia qualquer cidadão. Em nenhum momento, na minha presença, ninguém teve a ousadia de agredir o trabalho do Ministério do Trabalho. Todos os momentos que o tom foi mais alto, na reunião comigo, a resposta foi no mesmo tom. Para deixar claro aos companheiros do conselho, que eu não admitiria, dentro do Ministério do Trabalho, qualquer tipo de ameaça ou intimidação nem do Ministro nem da Doutora Ruth, que estava ao meu lado, e percebeu, claramente, todos os momentos a gente fortalecendo o seu trabalho. Mas, como papel de Ministro, eu tenho que receber qualquer cidadão, ainda mais alguém que tenha representação no povo. Com respeito, educação. Mas, em nenhum momento, senti-me intimidado. Desculpem a falta de modéstia nisso. Está para nascer alguém que me intimide pela minha natureza de personalidade.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – É uma coisa de imprensa.

**Leonardo Sakamoto** – É uma coisa que, na verdade, o Ministro Lupi, no caso, tem que levar em consideração que, até esses ataques, se não foram feitos, o senhor pode afirmar que não foram feitos diretamente do gabinete, mas subrepticamente ou, de uma forma até repetisse, para ser mais sincero, quem esteve presente nessa reunião utilizou a imprensa como modal para divulgar um ataque, divulgando informações não fundamentadas com a realidade.

**Ministro Carlos Lupi** – Nem se eu quisesse, eu voltaria pela porta da frente. Eu sou meio chato nisso. Mas, com todas as grosserias, eu jamais faria isso.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Eu mesmo posso falar do senador Fecha Ribeiro, que chamou até a Doudota Ruth de cascavel, através do jornal O Globo. Foi um deputado.

**Ruth Vilela** – Eu não me senti ofendida, não. Eu sou uma cascavel mesmo. Só para o Ministro entender, que logo depois da Conferência, ele viajou. Ele não acompanhou tão de perto igual nós estamos, aqui, acompanhando. Quem mais fez questão de divulgar uma eventual turbulência e a audiência foi a própria empresa. Porque a empresa começou a divulgar detalhes da reunião no próprio site. Por isso que a coisa, na verdade, ganhou essa conotação.

**Leonardo Sakamoto** - E é até interessante, tomar só uma palavra antes de ler a Nota, a imprensa brasileira de jornais como O Globo ou jornais que deram a notícia, eles têm, sistematicamente, apoiado, através de um trabalho de mídia de voca, mediar o apoio ao Grupo Móvel de Fiscalização e Ação do Ministério do Trabalho. Então, mesmo que esse apoio, mesmo com as matérias dando esse ligeiro apoio, havia uma truculência ou uma, digamos, também, domínio na fala desses parlamentares e da representante da OAB do Pará e de uma série de outras pessoas que foram bastante truculentas no trato. Então, acho que a Nota vem a responder isso. Os integrantes da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, CONATRAE, abaixo-assinados, exprimem, por meio desta Nota pública, o seu apoio incondicional ao trabalho do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, principal instrumento brasileiro de combate ao trabalho escravo, neste momento em que se tenta colocar em dúvida a sua idoneidade e competência. A cada ano, milhares de trabalhadores rurais, provenientes de regiões pobres do país, são obrigados a trabalhar em fazendas e carvoarias, submetidos a condições degradantes de serviço e pedido de romper a relação com o empregador. Permanecem presos até que terminem a tarefa para o qual



foram aliciados, sob ameaça de sanções, que podem ir de torturas psicológicas até espancamentos e assassinatos. No Brasil, essa forma de exploração intensa e degradante de trabalho, em que há cerceamento da liberdade do indivíduo, chamada escravidão contemporânea, nova escravidão ou, ainda, trabalho análogo ao de escravo. Sua natureza econômica difere da escravidão antiga, mas o tratamento desumano, a restrição à liberdade e a transformação de seres humanos em ferramentas de trabalho são similares. O combate ao trabalho escravo no Brasil não é uma política de governo, mas de Estado. Mais que uma preocupação de um grupo político, que está no poder, é uma aspiração de toda a sociedade brasileira. Em 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu a existência do trabalho escravo perante o país e a OIT. Com isso, o Brasil tornou-se uma das primeiras nações a reconhecer, oficialmente, a existência da escravidão contemporânea em seu território, apesar de o fenômeno estar presente em todo o mundo, mesmo em países ricos e desenvolvidos. Naquele ano, foram criadas estruturas governamentais para o combate a esse crime, com destaque o Grupo Executivo para Repressão do Trabalho Forçado, GERTRAF, e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Em março de 2003, o presidente Luís Inácio Lula da Silva lançou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo com 76 metas para erradicar esse crime e instalou a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE – composta de instituições governamentais e entidades da sociedade civil. Desde sua criação, o Grupo Móvel se tornou a principal ferramenta de combate a esse crime, verificando, com competência, idoneidade e independência política, as denúncias de trabalho escravo, atuando de forma rápida a libertação de pessoas em seu cativeiro e no imediato ressarcimento de seus direitos trabalhistas. Coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e contando com a participação de Procuradores do Ministério Público do Trabalho, agentes e delegados da Polícia Federal, as ações do Grupo Móvel transformaram o Brasil em referência internacional no combate a esse crime e na defesa do trabalho decente. As fiscalizações obedecem a Lei e são amplamente documentadas, garantindo ampla oportunidade de defesa administrativa e judicial para os empregadores rurais, em cujas propriedades se encontra o trabalho escravo. O número de trabalhadores envolvidos não é desprezível. Entre 95 e julho de 2007, mais de vinte e cinco mil pessoas foram encontradas nessa situação, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego. No total, foram 1789 propriedades fiscalizadas em 568 operações. O número de operações vem crescendo anualmente, comprovando a melhoria no sistema de combate a esse crime. Elas passaram de 11, em 95, para 72, 2004, 87, em 2005, e 109, em 2006. Sem os Grupos Móveis de Fiscalização à Legislação Brasileira, as convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário, não teriam sido aplicadas e milhares de trabalhadores continuariam reduzidos à condição de escravos. Tentar enfraquecer sua atuação nesse momento com base em críticas desinformadas e parciais, não servem mais de exemplar conquistado pelo Brasil no combate a esse crime. Por isso, manifestamos nosso total apoio.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Então, está aberta para avaliação. Pois não?

**Cláudio José Montesso (ANAMATRA)** - Ministro, primeiro aproveitar a presença do Ministro Lupi para saudar a sua chegada ao Ministério do Trabalho. Eu o conheço do Rio de Janeiro. Evidentemente, seus compromissos com o trabalhismo são históricos, com direito a defesa de trabalho também, algo que, para todos nós, ANAMATA, também é muito caro e nós estaremos juntos, exatamente, nessa...já fizemos convênio recente, acho que vamos continuar trabalhando juntos. Primeiro, eu quero dizer para o Ministro e para a Comissão que as Notas da imprensa, que saíram, ainda que sejam Notas da imprensa, que as pessoas leiam, que as pessoas tenham alguma informação, causaram-me uma profunda indignação. Eu fiquei absolutamente indignado, como se estivesse sido atingido, eu próprio

ou o trabalho que esta Comissão faz na questão do trabalho escravo. Primeiro, porque é injusto. Segundo, porque é leviana. E, em terceiro, porque foi pelas costas. Acabamos de ficar sabendo agora. Então, a verdade, as coisas não foram colocadas de forma pública. Foi colocada, através da mídia, como forma de agredir...

**Ministro Carlos Roberto Lupi** – Nos momentos mais grosseiros cometidos, eu não perdi o equilíbrio. Foram cometidas grosserias extremas.

**Cláudio José Montesso** - Parece que a imprensa detalhou.

**Ministro Carlos Roberto Lupi** – Eu, no momento, falei: “Olha, vamos baixar a bola nisso aqui. Eu estou os recebendo, os senhores são parlamentares, mas ninguém vai me fazer ouvir, ninguém vai desmoralizar a minha instituição que, hoje, sou o titular da representação dela. Eu não dei uma palavra, até porque, como tinha que... fui para a Itália no dia seguinte, no mesmo dia de noite. Porque eu tinha um encontro com o Ministro do Trabalho italiano. E eu fiquei sabendo pela internet. Porque, agora, essa facilidade de internet é boa porque você acompanha, em tempo real, tudo. Eu tentei, inclusive, instruir o pessoal nosso do Ministério do Trabalho. Olha, tira essa pauta daí, porque nós vamos mudar. Esperar o nosso relatório final, que foi o que eu combinei com a senhora, com a Doutora Ruth. Depois desse relatório final, aí sim, nós vamos começar a falar. Porque eu não queria ser leviano, como alguns foram, de afirmar algumas coisas sem ter a comprovação. Agora, estou afirmando. E, agora, eu quero que alguém que ache que está errada, que comprove ao contrário. Porque, agora, nós temos as provas contundentes, fortes. E, agora, sim, a gente pode falar. Eu estou me poupando.

**Cláudio José Montesso** - Antes da sua afirmação com relação a esse relatório, a minha indignação só cresceu. Porque, na verdade, o que se demonstra é que, além da levandade da acusação, essa acusação está, absolutamente, sem fundamento diante de uma ação fiscal que, aparentemente, está muito bem fundamentada. Evidentemente, nós reconhecemos que todo cidadão tem direito a recorrer, seja às instâncias administrativas, seja às instâncias judiciais, com outros dados exacerbados que a própria administração possa cometer, seja pelo Grupo da Fiscalização, seja por qualquer outro. O que não é possível é que uma ação política deliberada - e aí, perdoe-me, parece-me que foi essa a intenção - uma ação política de representação parlamentar tenha vindo ao Ministério do Trabalho como se não o conhecesse. Aliás, agindo até como não o conhecendo, tentar fazer com que o Ministério do Trabalho recuasse ou repreendesse a atuação da sua fiscalização nesse momento. Por isso, com base nessa minha indignação e, mais ainda, com base nessa sua afirmação inicial da reunião, parece constatada a partir da reunião, eu acho que a CONATRAE não devia emitir uma Nota de apoio não. O CONATRAE devia emitir uma Nota de repúdio, uma Nota de desagravo ao Grupo Móvel de Fiscalização, especialmente a Doutora Ruth. Porque eu acho que as pessoas precisam ter, no mínimo, algum tipo de respeito pelo ser humano que está do outro lado. Porque não é o fato de ser chamado de cascavel. O problema não está nisso. O problema está...uma das ações contidas na mídia foi que estão criando trabalhadores escravos onde não existem. Estão montando uma farsa. Então, eu acho que, por trás disso, há uma acusação grave quanto ao serviço público, quanto ao setor, quanto à atuação da fiscalização. Não é preciso a gente dar mais do que isso. Sakamoto e Guerra, perdoem-me. Eu acho que seria uma moção de desagravo ao grupo empresarial e, daí, para uma questão de experiência própria, participação do Movimento Estudantil vai lá, acha a Nota um pouco grande. Honestamente, acho-a exageradamente detalhista, sem nenhum prejuízo do seu conteúdo, evidentemente. Mas, talvez, há algo que possa ser mais firme, mais contundente na colocação da defesa da atuação. De uma forma mais sutil, fica

parecendo, às vezes, um pouco, quando a gente está querendo colocar dados estatísticos, estão querendo justificar a atuação do Grupo Móvel. Quando, na verdade, não precisaria de justificativa nenhuma. As suas próprias ações já se justificam. São essas as minhas observações. E dizer, Doutora Ruth, que, se não aprovar, sendo assim, pelo menos, desagravada por mim.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Obrigado, Doutor Cláudio. A palavra está aberta para novas apreciações da proposta ou do episódio. Doutor Padre Ricardo.

**Ricardo Rezende Figueira** – O episódio surpreendeu e ficamos extremamente irritados com esse fato, com esse desrespeito. Foi um trabalho tão bem feito. O Movimento Humano dos Direitos e o Grupo de Pesquisas de Trabalho Escravo Contemporâneo, os dois grupos assinaram uma Nota de apoio ao Ministério do Trabalho, ao trabalho da Doutora Ruth e ao Grupo Móvel porque achamos extremamente levianas as acusações que pesaram contra o grupo, contra o Ministério do Trabalho.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Continua aberta. Inclusive, se o José Guerra e o Leonardo quiserem explicar por que se preferiu esse formato.

**Leonardo Sakamoto** – O formato, na verdade, foi pensado. A princípio, eu concordo com o senhor, em gênero, número e grau, que a idéia original teria sido uma Nota de desagravo e uma coisa até forte. Nós temos coberto o assunto da Fagrisa desde o dia da libertação. E temos sido, pelo menos na Repórter Brasil, bastante contundentes em relação a isso e tentando até sensibilizar a mídia de forma bastante contundente com relação ao que significa isso. Não apenas para o risco do combate ao trabalho escravo, mas, também, para o que significa o risco, do ponto de vista institucional. O Ministro Lupi deixou, claramente, que ele foi enfático na defesa dos interesses do Ministério. Só que o fato, Ministro, não é nem, em si, a ênfase que o senhor deu, mas é a ação que os levou a fazerem isso. Ainda assim, retomando ao que o Ministro Vanuck falou, que muito me incomoda, o fato de o deputado Paulo Rocha, formulador da PEC 95, ter sido um dos presentes nessa audiência, sendo que ele estava presente, três semanas antes, comigo e com a Patrícia, numa audiência junto ao MST, e falou que não tinha dúvida nenhuma sobre o conceito de trabalho escravo. E, depois, veio, novamente, colocar em dúvida o próprio conceito do trabalho escravo, sendo que, como ele propôs uma PEC, sendo que ele não sabe o conceito que levaria à sua execução? Agora, a idéia foi, exatamente, fazer uma Nota em que não se criasse, mantivesse esse conflito. Mas, criasse-se, exatamente, uma Nota de apoio incondicional a todas as ações do Grupo Móvel, independentemente da Fagrisa. Porque a Fagrisa é uma, não é a primeira nem vai ser a última, infelizmente. A pressão toda política da Usina Camalera, da Família Queirós Monteiro, de Pernambuco, e mesmo toda a pressão política infringida pelos algodoeiros, os agricultores do Ministério do Trabalho, pedindo para que eles saíssem da lista suja, e o Ministério reagiu firme no posicionamento da defesa da lista suja, e tudo isso mais, a gente pensou mesmo numa Nota que aproveitasse esse gancho, mas que fosse mais geral. É claro que o tamanho, ela veio para ser cortada. É melhor ter mais do que menos. É uma coisa que a gente colocou para ser discutido coletivamente. Agora, se o coletivo preferir uma Nota mais enfática...

**Ministro Paulo Vasconcelos** – OK. Eu tomo a liberdade de consultar o Doutor Clóvis. Se gostaria de se manifestar, até no sentido de que seja para introduzir o bom, saudável e indispensável contraditório em toda tomada de decisão. Em toda tomada de decisão, é bom ouvir partes, argumentos. Então, eu consulto o senhor se teria alguma coisa, algum interesse a ser manifestado sobre uma forma ou outra.

**Clóvis Veloso de Queiroz Neto** – Obrigado, Secretário. A posição da CNA em relação ao tema, à temática Trabalho Análogo ao Escravo é clara. Nós temos os nossos posicionamentos, como todas as entidades que aqui o têm. Mas nós não pactuamos com o tipo de, até mesmo com agressões pessoais, seja ao Ministro, seja à Doutora Ruth, que já é do convívio nosso há mais tempo, essas coisas, não fazem parte do posicionamento da instituição que eu represento. A CNA sempre se posiciona no campo da discussão, da argumentação, do embate, mas do embate leal, do embate positivo. Nós não concordamos com vários posicionamentos que essa Comissão, às vezes, toma, não pactuamos com várias situações, mas a CNA não se furta de combater o trabalho análogo ao escravo. Foi até bom o senhor me dar a oportunidade da palavra, que o Ministro já teve oportunidade de receber, o Ministro Lupi. A Secretária já teve. Eu trouxe para o senhor também, para entregar, é o nosso Fazenda Legal, que é um programa que a CNA tem desenvolvido. Inclusive, estamos buscando junto ao Ministério, uma parceria para fazer um grande programa, onde ele traz todos os temas – ambiental, crédito rural, defesa agropecuária, fundiário, previdenciário, trabalhista, e o trabalhista, que é o único que tem dois volumes e o tributário. Uma ação preventiva, uma ação de conscientização, uma ação de levar conhecimento, principalmente para essas regiões do Norte, Nordeste do país, evitando o problema do aliciamento, evitando o problema da caracterização do trabalho análogo ao escravo. Temos as nossas ações. Às vezes, as nossas ações não são divulgadas como a gente gostaria que fossem. Mas, a CNA, ela não pactua com a exploração, qualquer tipo de exploração da atividade humana, da pessoa humana. Em relação à Nota, especificamente, nós não defendemos ou não concordamos com ações desta empresa que venham a agredir a fiscalização como um todo. Nós temos um posicionamento de não entender que o direito da ampla defesa, principalmente no que se refere à parte administrativa e judicial, não está sendo pleno. Mas, isso, nós temos as esferas para discutir. Não é aqui, não é enfrentando o Ministério, não é agredindo o Ministério, não é agredindo o fiscal, não é agredindo a fiscalização como um todo que o problema vai ser resolvido. Então, em relação a essa Nota, não tem como a instituição que eu represento assinar. Nós não iremos contra a Nota, mas nos faremos de pactuar em relação a ela. Porque eu tenho certeza que, tanto o Ministro Lupi como a Secretária, sabem o nosso posicionamento em relação à fiscalização. É um posicionamento respeitoso. Eu sei qual é o posicionamento da Secretária Ruth, como ela pensa, o que ela acredita e defende, como ela também sabe qual o posicionamento que a CNA tem e o que ela entende do assunto. Era o que eu tinha a colocar.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Obrigado. Deixa-me só explicar, então. Muito obrigado, Doutor Clóvis. Eu tenho a inscrição, aqui, agora, do Lucas, da CONTAG, e mais duas inscrições e o Ministro quer fazer esclarecimento antes. De qualquer maneira, eu saúdo a intervenção, sobretudo no sentido de reafirmação do compromisso, da presença da CNA, que é um parceiro muito importante no enfrentamento do trabalho escravo. Realmente, é toda a idéia de que esse tema tem que ser um tema de um leque amplo de atores juntos. E a presença da CNA, nessas intervenções, é muito importante. Se a CNA não pode assinar a Nota, eu sugiro repetir, por sensato, e até sábio, encaminhamento que foi proposto no episódio anterior, pelo representante da OAB, o Doutor Roberto Caldas, que, se aprovada a Nota, nós, na apresentação, no site oficial e na comunicação de imprensa, explicamos a ressalva da CNA em relação ao conteúdo da Nota. Portanto, ela não é signatária daquela Nota. Então, o Ministro...

**Ministro Carlos Roberto Lupi** – Dois minutos, gente. É que a gente vai lendo, vai escutando e vai...

**Antônio Lucas Filho** - Desculpe pela ordem. Só porque, na verdade, não entendi qual a ressalva da CNA. Porque, de repente, se a ressalva da CNA for palatável, a Comissão pode acolher. Eu só não vi nenhuma ressalva em relação à Nota. Pontualmente, qual seria a ressalva.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Voltaremos a isso.

**Ministro Carlos Roberto Lupi** – Eu só queria repetir ao representante da CNA aquilo que a gente tem colocado e foi colocado para a empresa. O Ministério do Trabalho dá amplo direito de defesa em todo o seu organismo administrativo. Amplo. Desde o primeiro dia. Inclusive, recebemos, ouvimos, faz parte do processo democrático do direito de defesa, independente da espera jurídica, legal, que cada organismo tem competência para fazer. Tanto é que a primeira coisa que eu solicitei, e eles já viram. Não é isso, Doutora Ruth? Foi que, antes de mim, a pessoa do Ministério que tem acesso aos documentos, o advogado da empresa teve. Estou mentindo, Doutora Ruth? Antes de eu ter conhecimento. Porque eu não tenho o que esconder. Agora, eu quero conversar com os senhores. Eu não ia falar isso, mas eu vou falar. Porque, se não, vou me sentir incomodado. Eu me sinto muito incomodado, gostaria de pedir o apoio para esta Nota, especificamente no caso da Doutora Ruth. Vocês desculpem. Estou falando de alguém que está vinculado ao Ministério, é subordinado ao Ministro. Eu fiquei constrangido por falar nisso. Eu tenho que falar. Acho que, o que falta nessa Nota, é o apoio à atuação da Doutora Ruth, que foi quem mais foi atingida nesse processo. Não, eu me senti assim. Desculpem. Eu tenho que falar. Eu não ia falar, porque eu achava que era constrangedor eu, como Ministro, ficar falando isso. Mas, isso foi constrangedor. Profundamente constrangedor. Porque direcionaram uma fala a uma pessoa que detém a confiança do Ministro do Trabalho, colocando uma situação de muito constrangimento a mim. Essa é a pura verdade. Eu não quero mais aprofundar o assunto porque eu não quero criar mais problema do que já tenho. Mas, eu acho que falta aqui, além do apoio ao Grupo CODEFAT, com muita correção, eu acho, aí sim, desagrava a figura da Doutora Ruth que, realmente, é uma realidade. Eu presenciei essa realidade. Parei em determinado momento. Não quero entrar no detalhe para não piorar mais ninguém. E falta isso sim. A solidariedade desse grupo à situação é independente, correta, coerente e baseada na Lei. Somente isso. Que a Doutora Ruth tenha imprimido na Secretaria, eu dou esse depoimento permanentemente. Não é uma pessoa escolhida por mim. É quadro de carreira do Ministério. Para minha honra e satisfação, aceitou continuar com essa mala, que é ser Ministro. E, eu, a única coisa que, realmente, senti-me atingido foi nisso. A mim, não. Porque, a mim, estou acostumado nesse campo. Pode vir que eu topo. Agora, ela, como profissional de carreira, como auditora fiscal, a instituição se sentiu, eu, enquanto Ministro do Trabalho, senti a instituição agredida. E como ela é a chefe do setor, eu acho, concordando com o nosso representante. Eu concordo que falta só isso. Desagrava a figura da pessoa da Doutora Ruth. Desculpa se eu exagerei.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Obrigado, Ministro. Eu tenho cinco inscrições. Eu vou expor para que me corrijam, inclusive a ordem, se estiver errada. Lucas, Erlan, Antônio Carlos, Xavier e Patrícia. Está ok? Então, por favor, Lucas.

**Antônio Lucas Filho** – Senhor Ministro Paulo Vanuck, Ministro Lupi, eu sou Antônio Lucas, sou diretor da CONTAG e atuo nessa área de assalariados e assalariadas rurais. Com relação à Nota, nós também concordamos com a sugestão que foi feita, que a Nota tem que ter um caráter mais forte, mais positivo no sentido de defesa da atuação do Grupo Móvel. Também concordo que essa questão dos dados talvez não fosse importante nesse momento. Colocar porque a atuação é conhecida de toda a sociedade brasileira. Até

porque, quando a gente acompanha alguma ação, há um interesse muito grande de divulgar, até antecipar os fatos que ocorrem e a imprensa começa a divulgar fatos, inclusive os que ela não conhece. Dessa relação, pouco ela conhece. Dizer que nós também tivemos problemas, lá, com relação ao movimento sindical. Eu tive problema. Conversei isso com a Doutora Ruth. Porque, logo que aconteceu o fato, que a gente ficou sabendo, ligamos no Pará para conversar com a Federação do Pará, Federação dos Trabalhadores, e o nosso pessoal estava confuso em defender a atuação do Grupo Móvel naquele momento. Muita pressão dentro do município, principalmente com o presidente do sindicato do município-sede da usina e ele me deixou bastante triste, e a própria direção da CONTAG ficou. E tivemos que chamá-lo aqui a Brasília. Ele esteve aqui para a gente conversar, mais um diretor da Federação. Porque a primeira reação foi assim: “Não, nessa empresa, as coisas não são bem da forma que estão divulgando e estão falando”. Essa foi a primeira resposta, por telefone, que ele me deu. Eu falei: “Mas tem trabalho escravo aí.” “Não, mas todo mundo, aqui, tem carteira assinada”. Eu estranhei porque, o fato de ter carteira assinada, a gente sabe que isso não ressalva que não tenha trabalho escravo. Gameleira, todo mundo tinha carteira assinada. Todos tinham a carteira assinada, e eram escravos quando daquela fiscalização. Nós já tentamos corrigir. Mas, um fato que eu acho que algumas pessoas, aqui, não conhecem e eu acho muito relevante é que aquela empresa já tem bastante tempo que funciona e ela não tem um pacto coletivo feito com o Movimento Sindical. Isso me estranhou bastante. A primeira pergunta que eu fiz foi essa: “Tem uma rua do coletivo, uma convenção, alguma coisa, pacto coletivo que a gente fez com essa empresa de melhorar essa relação do trabalho?” “Não. Não tem.” E, uma semana depois, a Federação procura ajuda da CONTAG para fazer acordo coletivo lá. Eu falei: “Olha, nós, no momento, achamos que não é oportuno porque está sob pressão. Então, nós podemos fazer um acordo sob pressão e, para resolver o problema da empresa, e não do trabalhador, achamos importante que, primeiro, ocorram algumas coisas, como relatório final do grupo, algumas coisas e, depois, a gente fazer o acordo num clima mais tranquilo, fora de pressão de políticos do município ou outros que não são do município, que têm interesse, no momento, de pressionar, e a gente fazer. Mas esse é um fato relevante. Uma empresa que tem tanto tempo funcionando em um município. E não é porque o Movimento Sindical nunca procurou não. Já havia procurado de tentar negociar, tentativas de fazer acordo lá. Conquanto, não chegaram a realizar, porque a base oferecida não foi muito boa. E a Federação não teve habilidade para propor. Se não dá negociação, propor um decide coletivo ou outra coisa. E a gente vai orientar, daqui para frente, quanto a essa questão. Uma outra coisa, e aqui lembrar o nome de Gameleira. Em Gameleira está acontecendo um fato gravíssimo novamente. O primeiro é que a empresa muda de nome. Eu acho muito...no Brasil, acontecem umas coisas que a gente...o Brasil é maravilhoso, mas aqui acontece de tudo. A empresa muda de nome achando que, mudando de nome, esconde a sujeira debaixo do tapete. Muda nome e pratica coisas iguais. Trabalhadores foram presos lá porque queriam receber salário. Só porque queriam receber salário atrasado. Fizeram uma manifestação. Houve excesso. Em qualquer manifestação, é inevitável que haja excesso porque, em uma manifestação, onde eu precise receber salário para sustentar minha família, os nervos estão à flor da pele. Foram presos como bandidos. Foram para a cadeia como bandidos. A juíza chegou a dizer que eles eram ameaça para a sociedade naquele momento. A empresa nunca é ameaça. Então, são fatos. Eu quero dizer o seguinte: o Grupo Móvel tem que continuar com muita força, com nosso apoio, apoio de todas as entidades que estão aqui, que querem, de fato, acabar com o trabalho escravo no Brasil, acabar com a precarização do trabalho no Brasil. É preciso dar uma força. E esse Ministério precisa ter uma estrutura equivalente para a questão da expansão da cana-de-açúcar. Nós estamos com problemas em todas as DRT's do Brasil. Todas. Ordem diferente. Uma hora falta carro, outra hora falta fiscal, outra hora falta dinheiro. A

expansão, da forma como está crescendo, a estrutura, hoje, com a nossa consideração, é insuficiente para nós darmos conta. E, agora, ainda tem gente querendo diminuir esse trabalho do Grupo Móvel, que, muitas vezes, tem nos ajudado, inclusive, para resolver problemas de DRT, que fiscaliza quatro, cinco vezes, não encontra nada e o Grupo Móvel vai lá e encontra. Problemas que a gente já conhece. Não são novos para nenhum que está aqui. Ele é super importante. Temos que estar juntos. E, aí, não é uma questão pessoal da Doutora Ruth, mas é uma questão pessoal de toda a equipe que está trabalhando. Acho que tem que respeitar todo esse pessoal. Com relação à Nota, a gente acata sugestões feitas aqui.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Obrigado. Doutor Erlan.

**Erlan José S. do Prado** – Ministro, boa tarde.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – A pedido de todo mundo, repito o que está fazendo, que é lembrar à entidade as presenças.

**Erlan José S. do Prado** – Erlan, Ministério Público do Trabalho. Eu queria registrar, primeiro, que o Doutor Camargo não pôde comparecer porque está em um processo eleitoral com o Procurador-geral do Trabalho e, por isso, eu o represento, vamos dizer assim. Com relação a essas questões políticas, nós, que participamos do Grupo Móvel, se a pressão não se dá, politicamente, no âmbito do Ministério, ela se dá no meio do mato. Então, é corriqueiro que prefeitos, vereadores, enfim, tentem exercer essa pressão. Esse fato não nos assusta. Agora, pegando o gancho naquela preocupação com relação ao autoritarismo, Ministro, nós, do Ministério Público do Trabalho, fazemos questão de acompanhar essa movimentação do Grupo Móvel, preocupados com a legalidade como um todo. Não só quanto ao desrespeito aos direitos trabalhistas, mas quanto à operação como um todo. Então, nós ficamos muito tranquilos quanto a essas afirmações de pseudo-autoritarismo porque eles não existem. E, se por ventura, as pessoas acharem que existem, a forma de pressionar não seria politicamente, mas temos Corregedoria, temos o judiciário, que é quem, em última análise, vai se pronunciar sobre a existência ou não de excessos do Grupo Móvel. Nessa operação, especificamente, nós contamos com a presença do colega Luis Antônio, da Bahia. Inclusive, internamente, sabemos que ele, volta e meia, tem algumas divergências com diretores. Isso é conversado. Ou seja, se houvesse, naquele momento, excesso com o Grupo Móvel, nós saberíamos. O colega teria se posicionado contrariamente. Isso não se deu. Então, para nós, é uma tranquilidade muito grande, pelos menos no Ministério Público, por contarmos com a participação deste colega nessa operação, especificamente. Com relação à Nota em si, seja de desagravo, seja de apoio, embora eu também concorde que ela seja um pouco grande, parece que o Leonardo já alterou. Eu, na verdade, vejo-a com bons olhos no tamanho em que ela estava porque parece que ela se insere num amplo contexto de divulgação mesmo do Combate ao Trabalho Escravo. Eu, particularmente, sinto falta de uma campanha mais efetiva, governamental nesse sentido e acho que, talvez, ela servisse para isso também. Não só pelo Grupo Móvel, mas mais um momento em que nós pudéssemos falar, abordar o tema. Obrigado.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Obrigado, Doutor Erlan. Agora, com a palavra, Doutor Antônio Carlos.

**Antônio Carlos Costa** – Antônio Carlos, SINAIP. Em relação à Nota, a gente não tem nada a auditar. É mais um histórico da criação do Grupo Móvel. Enfatiza essa questão de

política pública, política de Estado dizer que esse trabalho, esse processo começou em governos anteriores e está seguindo nos dias atuais. Eu quero fazer uma referência a esse consenso da Fagrisa. O sindicato já mandou correspondência a Sua Excelência, Senhor Ministro do Trabalho, para nossa secretária e para o coordenador do Grupo Móvel. Mas houve pronunciamento do senador que esteve em audiência no gabinete do Ministro, o Senado Federal, e foi aparteado por um senador do Pará e uma de Tocantins. Eu gostaria que esse relatório, secretários e Senhores Ministros, fossem entregues ao presidente do Senado Federal e, outro, ao presidente da Câmara dos Deputados o relatório que foi objeto da fala do Ministro Lupi. Porque, lá no pronunciamento que nós acompanhamos, que a Assessoria de Imprensa do SINAIP nos passou e acompanhamos, o senador Fecha Ribeiro faz uma série de colocações, é aparteado por outra senadora também, que faz uma série de colocações, convidando para o trabalho feito lá. A senadora Cátia Abreu, de Tocantins. É, inclusive, diretora da CNA. Então, nós gostaríamos que se fizesse essa demonstração, essa remessa desses documentos para que os senadores – não estavam todos presentes - , mas acho que seria interessante até uma correspondência. Nós estamos mandando, pelo SINAIP, uma correspondência para todos eles, esclarecendo a ação dos trabalhos dos colegas. Era esse o nosso posicionamento. No mais, dizer que a gente acredita nesse trabalho, nós o vimos nascer. Estávamos na Chefia de Fiscalização do Ministério, em Santa Catarina, quando esse grupo foi criado. E acompanhamos, ao longo dos anos, o crescimento, aperfeiçoamento que esse grupo tem sofrido. E só tem sido objeto de apreciação com bastante clareza por parte da própria comunidade nacional e internacional. Era isso.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Muito obrigado. Agora, com a palavra, Frei Xavier.

**Xavier Plassat** – Boa tarde. Eu sou da Comissão Pastoral da Terra, com pane ao trabalho escravo. Claro que damos todo o nosso apoio a essa Nota. Queremos reiterar nosso apoio com ao Grupo Móvel, com o qual, há muitos anos, colaboramos. Se tamanha truculência, petulância foi possível nesses tempos, é porque eles estão, talvez, numa conjuntura, onde puxamos a guarda. Nosso Plano de Erradicação do Trabalho Escravo, por sinal falta, ainda, atualizar e complementar, está no meio do caminho. Eu acho que, nesse momento, alguns adversários aproveitam. Por isso, temos de demonstrar força, determinação. Hoje, em relação ao Grupo Móvel, especificamente, obviamente, mas sem esquecer que o Grupo Móvel sempre foi a menina-dos-olhos no combate ao trabalho escravo, muita coisa, além dele, é necessária para que a sua ação não reverta em produção constante do ciclo da escravidão. Como a gente sabe que acontece se, do lado da justiça, da educação, da prevenção, da geração de alternativa, não se faz necessário. Então, todo o nosso apoio para que a Nota, realmente, erga a cabeça no combate ao trabalho escravo. Inclusive, Ministro, com relação à sua preocupação inicial em relação à imagem do Brasil, nós temos, aqui, a total convicção de que é a qualidade do nosso trabalho que mais serve à imagem do Brasil lá fora.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Muito obrigado. Doutora Patrícia.

**Patrícia Audi** – Patrícia, Organização Internacional do Trabalho. Gostaria de manifestar, publicamente, o apoio da OIT à Secretaria de Inspeção do Trabalho, especificamente a Doutora Ruth Vilela, todos os seus auditores, coordenadores e equipe. Falar da indignação com relação às Notas que foram colocadas de maneira leviana na imprensa e sugerir, especificamente com relação à Nota, primeiro que, se houver alguma coisa em que a CNA esteja em desacordo com essa Nota, que nós possamos retirar para que a CNA assine. Porque, já que a CNA manifestou todo o interesse, todo o apoio à Secretaria de Inspeção,



se existir algum ponto nessa Nota que a CNA não concorde, nós estamos abertos à discussão. E, o segundo ponto, seria, realmente, reduzir o tamanho dessa Nota para que seja uma Nota de impacto. Porque aqui, tudo é colocado com relação ao fruto de um trabalho da Comissão. Foi o lançamento do Plano, o lançamento da própria Comissão, tudo isso. Mas, acho que, nesse momento de crise, seria importante uma manifestação da CONATRAE e todas as instituições que aqui estão representadas - eu acho que isso é o mais importante - para mostrar que o Ministério do Trabalho não está sozinho nessa discussão. Não está sozinho nessa luta. E o Ministério do Trabalho não está inventando escravos. Porque, se o Ministério do Trabalho está inventando escravos, todos nós estamos. Porque passamos aqui horas, vários dias discutindo uma ação que parece que não existe. Então, é importante a manifestação da Organização Internacional do Trabalho, da ANAMATRA, do Ministério Público do Trabalho, mostrando que o Ministério do Trabalho não está sozinho, não cria escravos. As pessoas são amplamente comprometidas, os coordenadores e eu sugeriria, inclusive, que nós focalizássemos a Nota nos resultados obtidos pela fiscalização, que dizem respeito ao resgate que vem sendo feito há anos e que se mostrasse, também, que o Plano Nacional e a política de Erradicação ao Trabalho Escravo não é uma política só de um Ministério ou de dois Ministérios, é de Ministérios e da Polícia Federal. Ou seja, não é só política de governo nem só uma política de Estado. É uma política de todos nós.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Ok. Bom, não havendo mais inscrições, e já um pouco preocupado com o tempo, eu consulto, então, se nós temos um rumo em relação à opção. Há uma interação ao Doutor Clóvis. Gostaria que ele respondesse. Se alterarmos a forma – o Leonardo pode falar sobre isso – uma forma mais contundente, também seria bom aprovarmos a Nota com a presença dos dois Ministros. E, neste sentido, eu quero só lembrar que nós temos duas possibilidades: uma é aprovar como Nota de desagravo ou mais próxima ao formato inicial, de prevalecer e divulgar na sua impessoalidade ou, para enfatizar o compromisso e a importância das várias entidades aqui representadas, nominar quem são os presentes da reunião que aprovou: o Ministro Lupi, Secretário Especial dos Direitos Humanos, o representante da ANAMATA. Porque, no caso, personalizar reforça a Nota. Leonardo.

**Leonardo Sakamoto** – Ministro, o senhor colocou bem, eu não entendi: se a Nota continuar como Nota de Apoio, ela vai permanecer grande, alterando muitas coisas e, se ela cair, transformar-se em uma Nota de Desagravo, de repúdio, ela vai se transformar em uma Nota menor e com um texto diferente. Uma coisa, na verdade, anula a outra. Ou pega a Nota antiga... Patrícia, percebi nos contextos que as pessoas que defenderam a Nota mais comprida estão com a de Apoio.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Doutora Ruth está indagando se é o caso de fazermos o velho método de deixarmos duas ou três pessoas saírem e fazerem uma redução, uma nova redação?

**José Guerra** - Na verdade, eu não queria, está longe de mim querer desprezar o trabalho de vocês, até porque a Nota está boa. A questão é só a objetividade da Nota, que parece dar maior repercussão. Já conversei com o Sakamoto, eu tiraria os terceiro e quarto parágrafos, por exemplo, mantendo apenas as duas primeiras frases do terceiro e a última do quarto com uma pequena correção, porque têm amplamente e ampla, juntas, na mesma frase. Uma correção de técnica de redação. Só isso. Só faria isso. Não vejo prejuízo.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Leonardo, essas sugestões já estão incorporadas?

**Leonardo Sakamoto** – Mais ou menos. Eu incorporei isso, alterei mais algumas coisas porque, pelo que percebi na fala das pessoas, muitos membros da CONATRAE querem um teor de repúdio. Eu só queria saber se terá esse teor ou não. Se não tiver, será rápido.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – OK. A Doutora Ela está inscrita.

**Ela Wiecko V. de Castilho** (Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público Federal) – Eu queria manifestar no sentido de que tenha uma frase de desagravo da Doutora Ruth. Eu acho que isso é extremamente importante e, agora, com essas gestões, fica de bom tamanho. A Nota mista Desagravo e Apoio eu, pessoalmente, não gosto desta palavra repúdio.

**Ministro Carlos Roberto Lupi** – Só para ajudar, informalmente, eu acho que essa questão da sociedade civil é muito importante para a gente porque a gente fica numa situação que, quando a gente sai deste ambiente, a pressão, os argumentos contra a nossa atuação são muito fortes. E, como você mesmo falou, isso tem que ser institucional. Isso não é do Ministro, do Ministério. Isso é do governo e da sociedade civil. Em determinado momento, nós temos que dar uma ênfase a essa questão da sociedade civil porque é para que as pessoas, na hora de terem seus argumentos, perceberem que não é o argumento político-eleitoral. É institucional. A sociedade brasileira tem satisfação a dar algum de tentar combater efetivamente. É este o sentido, para minha fala inicial, não só para o Conselho. Em nenhum momento, coloquei em dúvida. A minha fala inicial é sempre para colocar a preocupação e a gente saber o nosso limite. Eu tenho essa preocupação. Porque, em todo o momento em que eu sinto o poder...o poder é uma desgraça. Ele enaltece. Então, quando me sinto passando de algum limite, quero me policiar. Então, quando eu coloquei isso, não coloquei para os auditores nem para a minha secretária. Eu coloco para mim no sentido de eu saber o meu limite, saber até onde vai a autoridade e onde a autoridade passa a ser autoritária. Então, só para deixar claro que não é...quem trabalha comigo mesmo. É para minha preocupação pessoal. Mas eu acho que essa questão da sociedade civil é muito importante para não parecer uma Nota chapa branca. Não é o que a gente quer. Vamos num linguajar bem popular para ficar uma Nota da sociedade. É claro que eu consigo. Mas não custa nada a gente reafirmar isso só como...eu achei muito interessante.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Leonardo, a minha preocupação, agora, é a eficiência e o rendimento da reunião. Quer dizer, alguma redação a quarenta e sete mãos é uma coisa delicada.

**José Guerra** – Se quiser continuar os outros pontos, em cinco termina o nosso tempo.

**Ministro Carlos Roberto Lupi** – Quero registrar meu apoio à aprovação da Nota, qualquer que seja ela.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Muito obrigado, Ministro. Eu também, no máximo em meia hora, precisarei sair. Mas acho que, passando, então, ao ponto dos informes, enquanto terminamos a ... sim, mas ele está convidado e ele não está obrigado a falar. Se ele achar oportuno falar, Doutor Clóvis se inscreve e fala. Antes de entrar nos informes, quero sugerir, dentro de uma conversa que tive com o José Guerra, vindo para cá, que a idéia que ele apresentará é de um calendário de setembro, outubro e novembro reunião e que a próxima seria por volta de onze de setembro para homenagearmos Salvadora Guendler nessa data. Estou achando que já era meio encaminhado para ser no Pará. O episódio

reforça fazer a próxima reunião, em setembro, no Pará, com a governadora ao nosso lado. Não se trata de individualizar a figura da governadora, a sua participação no processo. Nós fizemos com o governador de Tocantins e com o de Mato Grosso. É um momento bom de fazer, agora, no Pará, com a presença dela. E abordamos, denovo, os eventuais desdobramentos do nosso posicionamento hoje para manter esse debate. E, insistindo muito que paira sobre nós agora, permitam-me repetir o que foi colocado ontem por vários Ministros, por mim ao presidente nessa reunião, das quatrocentas que estamos fazendo para terminar o projeto do chamado Parque Social. É um conjunto de ações que os Ministérios articulam, entre si, no exercício muito interessante, inédito, difícilíssimo, de produção interministerial. Não é fácil. O PRONASCI, da Justiça. O Programa Nacional de Segurança Pública Com Cidadania. É um tema difícilíssimo porque envolve coisas do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Social, de Direitos Humanos com a tendência às caixinhas estanques em programas duplicados. Então, é um belo exercício de ver o orçamento de cá, puxa um pedaço para lá. Isso está sendo gestado. Acho que, dentro de mais uma ou duas semanas, começa a ser anunciado. Não em bloco porque anunciar em bloco é juntar coisas muito diferentes que dificultaram, inclusive, a assimilação disse pela sociedade. É na área de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, sub-registro de nascimento, Sistema Nacional do Atendimento Sócio-educativo, direitos das pessoas com deficiência. Na área de direitos humanos, iniciaremos um processo de números, orçamento, investimento. Não tem precedente, é uma história em que a previsão de investimento é de triplicar, quadruplicar esse programa simples, que é o Programa da Sensibilidade Escolar. Então, estabelecer metas, e não 273 escolas por ano, mas, pelo menos, mil escolas por ano passem a ter esse investimento, que é adaptar banheiros, criar rampas, criar um entorno da escola, que permita, também, semáforo sonoro com a sinalização de piso para cegos. Então, nesse Programa, houve vários depoimentos no sentido de o presidente, o país está preparado para entrar num processo de crescimento econômico, o grau de investimento. A piora do risco - Brasil, na última semana, foi uma notícia surpreendentemente, paradoxalmente de alento porque, realmente, a enxurrada de dólar, de investimento entrando está complicando o manejo no campo. Então, dar uma parada nisso é positivo. E a área social, as diferentes áreas sociais. Nós, com a nossa missão social no combate ao trabalho escravo, estamos desafiados a todos uma intervenção nova com mais cultura, como já foi cobrado, mais presença, mais intervenção e ampliar esse leque do PAC Federativo, que é articular governadores para fazermos juntos. E uma resposta, como essa, a insinuações de qualificações, insultos, tem que ser ampliada. Não é para nós fazermos e nos darmos por satisfeitos. Vamos chamar os governadores, os prefeitos para se manifestarem. Levar esse debate para cada localidade. Fica essa proposta. E o Zé Guerra vai apresentar a discussão, agora, do ponto seguinte da pauta. Estava previsto para...os informes. Você começa com a revisão do Decreto? Ok

**José Guerra** – Bem, são enfoques muito rápidos. Na última reunião, que foi o Seminário da CONATRAE.

**Xavier Plassat** - A questão da agenda está fechada, então, em onze de setembro no Pará?

**Ministro Paulo Vasconcelos** – Isso será discutido daqui a pouco. Eu só antecipei porque eu terei de sair e quis deixar essa proposta no sentido de que a idéia é fazer a próxima fora, depois Brasília. Já discute? Ok. Marcelo.

**Marcelo G. Campos** – É um rápido informe que nos ajudará a decidir, talvez, sobre o próximo local da reunião. No contexto dessas pressões que ocorreram no caso Fagrisa, nós recebemos um ofício encaminhado pela governadora Ana Júlia ao Ministro Lupi, em que

ela se coloca surpresa com a operação fiscal que tinha ocorrido no estado e solicitava que, a partir de então, todas as fiscalizações que viessem a ocorrer no estado fossem objeto de antecipada comunicação ao governo do estado.

**Xavier Plassat** - Essa solicitação é uma tradição no Pará.

**Cláudio Montesso** - Veja bem, causou-nos surpresa por ser a governadora Ana Júlia fazendo essa cobrança. Porque ela conhece como funciona. Nós já respondemos...

**José Guerra** - A terceira surpresa do Pará no mesmo período. Porque tem a terceira, que é o ponto facultativo em todas as sextas-feiras de julho. Foi aprovado, argumentando que é uma cultura no estado no mês de julho, nas sextas-feiras.

**Cláudio Montesso** - Então, veja bem. Nós respondemos, a Secretaria preparou uma Nota dizendo que é impossível haver qualquer notificação prévia a governadores, até pelo caráter desta Notificação, e o Ministro Lupi está encaminhando essa resposta a pedido, inclusive com uma cópia do relatório da Patrícia. Não é bom a gente ter uma idéia...

**José Guerra** - E reforça a minha proposta, porque acho que nós montamos uma pauta que seja, também, pedagógica, educativa. Que a própria governadora ouça o relato sobre como age o Grupo Móvel, como que planeja, quais são os riscos que envolvem, a importância da reserva, do sigilo.

**Ministro paulo vasconcelos** - Frei Xavier.

**Xavier Plassat** – Simultaneamente, também o governo do Pará determinou o início do processo de elaboração do Plano. E de uma discussão de refundação da Câmara Setorial, que havia figurado tempos atrás e que morreu na praia. Interessante lembrar que, mesmo com a metade daquele encaminhamento do estado do trabalho escravo, o Pará é o único estado que, até o momento, não tinha demonstrado iniciativa em relação ao envolvimento em uma política estadual, como já fizeram o Piauí, o Maranhão, que lançou, o Tocantins, que está para lançar, o Mato Grosso, que está ainda para vir.

**Leonardo Sakamoto** - E, agora, Alagoas.

**Xavier Plassat** – E a Bahia, que esperamos a Bahia aparecer.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - A gente pode criar um reforço, também, na conexão Bahia. Então, estamos com acordo. Patrícia.

**Patrícia Audi** – Eu só queria informar a todos que a Bahia vai ser o primeiro estado a passar a agenda estadual de trabalho decente. É nos mesmos moldes da agenda nacional. Está previsto, inclusive, a criação de um Plano Estadual de Combate ao Trabalho Escravo. Então, nós temos, Ministro, um papel de articulação bem na sugestão do pacto federativo, é a aceitação do governador do Piauí, do Maranhão, de Alagoas e da Bahia.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Ótimo. Ótimo. Prossiga, então, por favor, Zé Guerra.

**José Guerra** – Chico, ninguém discordou.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Já teve? Já tem a nota? Já temos nota? Já temos nota.

**Leonardo Sakamoto** - A nota existe, só que meu computador deu estart sozinho aqui.

**José Guerra** - Enquanto ele reestarta, se vocês quiserem ajudar a sociedade civil a equipar repórter Brasil nos computadores, a gente está...

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Só para colocar o que o Guerra pediu.

**José Guerra** - Não. É só ele não ter vergonha de trazer o pé-de-coelho.

**Leonardo Sakamoto** - Foi-me colocada a incumbência de ser o relator do novo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, reunindo as contribuições de todos os presentes de acordo com a última reunião. Há uma série de entidades no pedido, agradeço a todos. Enviaram suas contribuições, elas estão sendo sistematizadas, retiradas antigas notas, como proposto seguirem novas metas de acordo com a sugestão de todos e eu acredito que, em breve, eu envie para a pequena subcomissão que foi criada, o texto, para que, depois, a gente apresente à CONATRAE e a CONATRAE possa avaliar se ela corresponde ao atual paradigma ou é necessária alguma outra alteração. Os parceiros enviaram as contribuições. Agradeço novamente. E, em breve, a gente terá esse novo Plano. Era isso. Era bem curto.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Ótimo. E agora, já está reestatado ou não?

**Leonardo Sakamoto** - Está reestatado.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Então, que se estiver, eu pediria, eu estou com problema de agenda agora. Então, está a mesma agonia. Como, de fato, a presidência será assumida pela Doutora Ruth, não é bom que ela aprove a nota, aqui presidindo. Então, eu gostaria de estar, nesse momento, aí. Ok. Realmente, a sociedade civil precisa ser ajudada para a aquisição de computadores mais ágeis.

**Jose Guerra** - Faz de conta que a IMEC, ta.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Bem, então, enquanto o computador está dessartando, vou dar enfoque sobre o Grupo de Trabalho, que foi da última reunião, para a revisão do Decreto que cria a CONATRAE e para o Regimento Interno, que era competência nossa e que a gente não tem o Regimento Interno ainda. Bem, devido a uma dificuldade de não conseguir fazer uma convocação do GT a contento, e apenas participou da reunião, além de mim e da Doutora Raquel, a Doutora Carla ANAMATRA. Inclusive, gostaria de agradecer, publicamente, a presença da ANAMATRA, da Doutora Carla. E nós já começamos um trabalho de revisão do Decreto, já fizemos o início e vamos marcar uma reunião mais bem convocada ainda para este mês de agosto. E, só para dar um informe inicial, no Decreto, nós estamos apresentando proposta de ter mais uma entidade da sociedade civil e, também, ser incluso o Ministério da Justiça, além do Departamento da Polícia Federal e do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, a presença do Ministério da Justiça. E, com isso, teremos, também, uma representante da sociedade civil, PAC, que mantenha a paridade. E o Regimento, nós vamos tentar dar, ao máximo, uma organicidade às reuniões da CONATRAE. E, para isso, teremos a previsão de apresentação de Planos de Trabalho, apresentação de Planos de Reunião anualmente e apresentação de relatórios do comércio exterior. Isso está sendo colocado. E, na próxima reunião, vamos puxar uma

reunião mais forte. Esperamos que, ainda em setembro, nós estaremos apresentando a nossa proposta, tanto de revisão de Decreto quanto de Regimento Interno da CONATRAE.

**Xavier Plassat** – Na citação está outra coisa.

**Ministro Paulo Vasconcelos**- Não. Só um pouco. Está pronto o texto?

**Xavier Plassat** – Está.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Eu vou pedir isso: que a gente suspenda, aprove o texto e, depois, a Doutora Ruth preside, partindo da reação ao que o Zé Guerra acaba de informar. De acordo? Então, vamos lá, Leonardo. Eu acho que as máquinas, de um modo geral, elas devem ter algum bloqueio psíquico com os humanos, porque eu nunca vi um data show funcionar. Eu nunca vi. Assim, eu vejo as pessoas treinando 3 horas. Está tudo direitinho. Na hora que começa, pá.

**José Guerra** – Nós fazemos que funcione, Ministro.

**Leonardo Sakamoto** – Tem um ponto dificultando em suspenso. Depois da nossa última reunião, terão encaminhamento ao governo de Mato Grosso das observações sobre o seu Projeto de Plano. Nós fizemos a nossa parte, encaminhamos para a Secretaria com tantas observações. A gente gostaria de saber se já está lá ou como é que vai ficar. Porque nós temos pendente, há meses, um Plano que o Mato Grosso ficou de lançar. O governo, há três meses, havia dado sinal de relançar, o governo do Mato Grosso. Eu acho que a coisa continua em fase de espera e temos que sair dessa.

**José Guerra** – Não. O encaminhamento que foi discutido, inclusive com o Leonardo, era que a gente colocava aqui, em pauta, o informe de que a Comissão GT feita de membro da CONATRAE está enviando e se enviasse uma discussão aqui. Mas, na verdade, enviar como de um GT interno da CONATRAE, mas sem aprovação em Plenário, até para se adiantar.

**Leonardo Sakamoto** – A partir de passar na reunião, a gente envia, mas envia não como da CONATRAE, não passando em Plenário, porque teria que fazer uma reunião só para isso. Mas, como de um GT formado por membro da CONATRAE.

**José Guerra** – Foi enviado para todo mundo. Todo mundo teve mais de um mês para examinar. Não daria para enviar como membro da CONATRAE mesmo?

**Cláudio Montesso** - Ministro, com licença? Eu não sei se isso teria chegado informalmente à Comissão lá do Mato Grosso. Porque, a informação que eu tenho de parte dos Procuradores do Trabalho de Cuiabá é de que a Comissão estaria já de posse dessas ressalvas da CONATRAE. Estaria, inclusive, propondo-se a re-estudar o quórum estadual. Essa é a notícia que eu tenho dos Procuradores do Trabalho em Cuiabá.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Sabe me dizer alguma coisa disso ou não?

**Cláudio Montesso** - Foi colocado, na reunião passada, que, como não foi entregue, não estou tentando oficializar, não foi enviado ao presidente da CONATRAE, ficaria muito difícil de a gente, naquela reunião, aprovar. E foi dado esse prazo. Eu, pessoalmente, li o

relatório. E eu, pessoalmente, não tenho uma ressalva para estar enviando pela CANATRAE.

**Xavier Plassat** - Na última reunião, decidimos não encaminhar como CONATRAE, porque ninguém tinha conhecimento. De lá para cá, todo mundo teve conhecimento. Então, acho que daria, salvo ressalva grave dos participantes, encaminhar agora.

**Ministro Paulo Vasconcelos** – O Frei, por favor, vamos partir para o substantivo conteúdo, e não para o procedimental. Rapidamente, assim, um resumo, breve, de quais são as recomendações? Assim: 2 ou 3 recomendações principais.

**Xavier Plassat** – Definir as fontes financiadoras do Plano.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Com a presença da sociedade civil na composição. Qual é a. é de ampliar a presença ou não havia, não estava...

**Xavier Plassat** – Praticamente, não foi acatada nenhuma das sugestões.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Então, são 2 questões. A primeira é óbvia, orçamentária. A segunda é uma questão de princípio. A sociedade civil tem de estar presente no processo. Quem controla os controladores. E monitoramento. Então, a pergunta que o Frei Xavier faz é se nós podemos considerar formalmente acatadas, porque são proposições de sensatez, de bom senso. Não são polêmicas. Não são colidentes. De acordo? Então, tudo bem. Encaminhamos já.

**Leonardo Sakamoto** - Bem, o argumento está abrindo. Está no Outlook, mas os integrantes da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, CONATRAE, abaixo-assinados, exprimem, por meio desta Nota pública, o seu apoio incondicional ao trabalho do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, principal instrumento brasileiro de combate ao trabalho escravo, neste momento em que se tenta colocar em dúvida a sua idoneidade e competência. Ao mesmo tempo, reiteramos nosso apoio irrestrito à Secretária Nacional de extensão do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Ruth Vilela, uma das principais responsáveis pelo avanço do combate à escravidão no país. Tem uma parte que pode ser retirada ou não mais. E a operação iniciada no dia 30 de junho, mais de mil trabalhadores do setor suco-ocoleto foram resgatados na fazenda Fagrisi, Ianópolis, estado do Pará, pelo Governo Federal. Além das condições humanas encontradas, a empresa zerava o contracheque de empregados, oferecendo, para eles, apenas precária alimentação. O combate ao trabalho escravo no Brasil não é uma política de governo, mas de Estado. Desculpa. Aqui, a parte que faltou, que falhou por causa da queda de energia do computador. A ação não é novidade, pois, entre e julho de 2007, mais de vinte e cinco mil pessoas foram libertadas pelo grupo móvel, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego. No total, foram 1789 propriedades fiscalizadas e 568 operações. O número de operações vem crescendo anualmente, comprovando a melhoria do sistema no combate a esse crime. Passaram de 11, em 95, para 72, 2004, 87, em 2005, e 109, em 2006. A parte que caiu totalmente foi que eu tinha colocado que a novidade desse processo foram as repetidas pressões sofridas pelo Ministério do Trabalho, no sentido de colocar em xeque o que havia sido visto e registrado na operação da Fagrisi. Depois, ele coloca: o combate ao trabalho escravo no Brasil não é uma política de governo, mas de estado. Mas, com a preocupação do grupo político que está no poder, é uma aspiração de toda a sociedade brasileira. É importante lembrar que as fiscalizações obedecem à Lei, são amplamente documentadas, garantindo plena oportunidade de defesa administrativa e judicial para os

empregadores rurais, em cujas propriedades se encontra o trabalho escravo. Sem os Grupos Móveis de Fiscalização à Legislação Brasileira, as convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário, não teriam sido aplicadas e milhares de trabalhadores continuariam reduzidos à condição de escravos. Criticar sua atuação, nesse momento, com base em desinformação, não seria imagem exemplar conquistada pelo Brasil no combate a esse crime. Por isso, manifestamos nosso total apoio. Desculpa essa trava no meio. Mas, era isso. A novidade, acho que está contemplada em tamanho, só que o que está só inserir o fato para grisa, que foi uma solicitação de algumas pessoas aqui. Se vocês acharem que não vale a pena...

**Ministro Paulo Vasconcelos** - Está aberta a palavra para apreciações.

**José Guerra** - Eu tenho manifestação para dizer: eu tenho, aqui, a menção ao episódio, sem sua contextualização, fica um pouco solto. Porque, na verdade, é o seguinte: parece-me que estamos mandando um recado, claro, de que não concordamos com aquelas colocações que foram feitas, via mídia, a respeito da atuação do grupo móvel, fazendo uma menção específica ao caso, mas sem citar, especificamente, quais foram as eventuais alterações. Ou a gente suprime, eu acho que não seria, de todo, ruim. Com todo o respeito, agora, posso até recuar um pouquinho o que eu coloquei antes, mas ouve-se de todo o suprime a história para poder, de repente, ter uma maior visão da manifestação, ou, bem, a gente contextualiza. Aí, é que, talvez, colocar porque estamos citando esse caso da Gravisa dentro de uma nota de apoio. Estamos citando porque houve manifestação. Sim, no globo não acrescenta mais. Então, eu acho que precisaria, falta um pouco de novidade que vem da pressão dos Grupos Móveis para poder lançar, que a coordenadora do Grupo Nacional está sofrendo por resgatar a dignidade desses trabalhadores, que incluiu a tentativa de resgate de sua imagem parlamentares junto à mídia, parlamentares que atuarem em prol da empresa. O que eu achei agora. Isso aqui está uma loucura.

**Leonardo Sakamoto** – Dão três parágrafos. Quer que leia? Vai ser rápido. Os integrantes da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, CONATRAE, abaixo-assinados, exprimem, por meio desta Nota pública, o seu apoio incondicional ao trabalho do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, principal instrumento brasileiro de combate ao trabalho escravo, nesse momento em que se tenta colocar em dúvida sua idoneidade e competência. Ao mesmo tempo, reiteramos nosso apoio irrestrito à Secretária Nacional de extensão do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Ruth Vilela, uma das principais responsáveis pelo avanço do combate à escravidão no país. Tem uma repetição, mas eu mudo depois. O trabalho escravo do Brasil não é uma política de governo, mas de Estado. A preocupação do grupo político que está no poder é uma inspiração de toda a sociedade brasileira. É importante lembrar que todas as fiscalizações obedecem à Lei e são amplamente documentadas, garantindo plena oportunidade de defesa administrativa e judicial para os empregadores rurais em cujas propriedades se encontra o trabalho escravo. O número de trabalhadores envolvidos nesse programa não é desprezível. Entre 95 e julho de 2007, mais de vinte e cinco mil pessoas foram encontradas nessa situação, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego. No total, foram 1789 propriedades fiscalizadas em 568 operações. O número de operações vem crescendo anualmente. Sem os Grupos Móveis de Fiscalização à Legislação Brasileira, as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário não teriam sido aplicadas e milhares de trabalhadores continuariam reduzidos à condição de escravos. Criticar sua atuação, nesse momento, com base em desinformação, não seria imagem exemplar conquistada pelo Brasil no combate a esse crime. Foi isso, tirando aquela parte da quadrilha.



**Ministro Paulo Vasconcelos** - Ok. Estamos de acordo? O Leonardo, vou pedir uma... é uma... a preocupação, literariamente, é boa. Excesso de adjetivos que substantivam. Tem uma frase de um deles, não lembro se era o Drummond. O que é um pobre substantivo para agüentar três ou quatro adjetivos em cima das costas? Quer dizer, o substantivo está ali, andando, coitado. Mas, deixa eu fazer um pedido. Tenho uma sugestão de qualquer outro lugar. Então, é uma lacuna que é responsabilidade minha. Eu tenho feito uma pregação aos colegas Ministros para, em seus discursos, falarem em direitos humanos, que se faz, depende-se, mas não se fala. Então, talvez, ali, onde fala 'não é política de governo, é de Estado e corresponde à defesa de direitos humanos', qualquer frase para, em tudo o que a gente for fazer, nominar os direitos humanos. Sempre. O que mais? Bom, então eu peço licença. Agradeço muito, acho importante a tomada de decisão e peço que a Doutora Ruth assuma a presidência. Muito obrigado.

**Cláudio Montesso** - Guerra, daqui a pouco eu vou virar abóbora. Não, não é, cara. Depois de oito horas e meia de São Paulo para cá, vou pegar de novo o avião. Vou te enviar, do aeroporto, por e-mail, e eu vou enviar para o e-mail acho que de todo o pessoal para já soltar isso nas suas listas das entidades. Apenas peço, também, e vou te dar o endereço depois, para mandar para a Telma, que é da Assessoria de Comunicação para já colocar no site. E, também, mandar a Nota maior. Eu passo e-mail para você.

**Ministro Paulo Vasconcelos** - A Nota maior, Guerra? A Nota antiga. Mandar a nota original para servir como base para uma matéria dela. Tudo o que tem. Aquela da contextualização. Tudo o que ela contextualiza isso. Mais alguma coisa?

**Ruth Vilela** – Vamos, rapidamente, passar pela pauta. Só para ver o que a gente já eliminou. Eu acho que ficou faltando só a definição de calendário de reuniões. É isso? Vocês já têm uma proposta?

**Leonardo Sakamoto** - Desculpa, gente, perdão. Questão de ordem. É coisa rápida. Abaixo-assinados... não ficou decidido como assinar a CONATRAE?

**Ruth Vilela** – Não. Ficou definido que era nominal.

**Leonardo Sakamoto** - Pode pedir para o pessoal passar os e-mails, por gentileza? Tirando a CNA.

**Ruth Vilela** – Coloca os nomes dos Ministros. Foi autorizado isso.

**Clóvis Veloso de Queiroz Neto** - Só uma ressalva. Na parte que nomino a Doutora Ruth, nós somos signatários.

**Ruth Vilela** – Nós já somos testemunhas das posições, das sugestões da CNA. E, seja como for, a representação empresarial patronal está em minoria. Então, vamos reconhecer isso. Eu sou testemunha que a CNA te, realmente, feito um esforço grande no trabalho, inclusive em conjunto conosco, nessa direção de que o trabalho, na verdade, acaba sendo mais difícil, porque ele é pouco divulgado, mas que é de orientação aos empresários rurais. Esse trabalho deles, que eles entregaram o exemplar, a gente vem acompanhando desde o início. Começou com dois livrinhos. Agora, vocês já estão com um conjunto de sete. Então, é um trabalho, realmente, que merece o nosso reconhecimento. Então, vamos deixar de lado. Vamos tirar o Paulo dessa saia-justa, porque ele tem feito outras coisas que merecem o nosso reconhecimento e o nosso apoio. Calendário. Sugestões?

**José Guerra** - A gente apresentou uma sugestão. Na verdade, mais minha que da Secretaria. E nós temos, pelo menos, três reuniões até o fim do ano. Por esta proposta, a gente estaria utilizando as sextas-feiras para reunião da CONATRAE, até por questão de agenda do Ministro Ronuck. Nessa proposta, seria a primeira reunião no dia 11/9 e, talvez, já seria a itinerante no Pará, em Belém do Pará. Nós teríamos, também, no dia 23/10 e no dia 27/11. As outras duas seriam aqui, sendo que, essa de 27/11, seria a reunião final anual. Aí, talvez, a gente já poderia apresentar um relatório, alguma coisa assim.

**Ruth Vilela** – Poderia, não. Obrigatoriamente apresentar.

**Leonardo Sakamoto** - É. Obrigatoriamente.

**Patrícia Audi** - Dia 23/10. O problema é que a gente sabe que, nessas reuniões itinerantes, não dá para a gente avançar na pauta as instruções daqui da CONATRAE. Então, talvez a gente tentar marcar uma outra reunião aqui em Brasília antes do dia 23/10, porque fica muito distante. Quase três meses.

**Ruth Vilela** - Eu tenho outra sugestão. Eu acho que a gente deveria marcar ainda em agosto uma reunião, porque eu acho que os assuntos não se esgotaram. Seria interessante que nós pudéssemos, inclusive, avaliar logo a proposta de Decreto, a proposta de Regimento Interno, porque a CONATRAE vai completar quatro anos sem Regimento Interno. Talvez, nós pudéssemos lançar o Regimento Interno exatamente na data em que foi criado aquele 31/7, se não me engano, primeiro de agosto. E, acho que existem assuntos relevantes que não podem esperar, porque nós já temos, inclusive, José, uma experiência com relação a essas reuniões itinerantes, que têm muito mais caráter político que técnico. Vamos ser recebidos pela governadora. Então, seria interessante que, em agosto ainda, a gente pudesse marcar uma reunião aqui em Brasília.

**Leonardo Sakamoto** - Essa proposta, na verdade, não tinha previsão da reunião itinerante. Na verdade, as 3 reuniões que teriam até o final do ano seriam reuniões ordinárias. E seriam aqui em Brasília. Então, o que a gente poderia fazer é que puxaria a reunião itinerante uma semana depois, aí iria para 18/9, e a gente poderia puxar uma reunião ordinária aqui. Poderia ser, não tenho calendário aqui, mas na última semana de agosto. E, aí, a gente teria 21 dias entre uma reunião e outra para dar esse fôlego para a gente. Uma sexta-feira, 21 de agosto?

**Ruth Vilela** – É. 21 de agosto.

**Leonardo Sakamoto** - Já com a outra, para 18 de setembro, que seriam três semanas, para dar um fôlego. E, a reunião itinerante, não obrigatoriamente precisaria ser numa sexta-feira. A gente podia, para a itinerante, dar uma semana, pelo menos. Ou, então, poderia ir para uma quarta. Uma reunião itinerante tem isso.

**Clóvis Veloso de Queiroz Neto** - O Leonardo, eu estou solicitando que, se for possível colocar depois do dia 26, dia 27 de agosto é melhor.

**Leonardo Sakamoto** – Seria dia 28.

**Clóvis Veloso de Queiroz Neto** - Aproveitamos para informar que queremos, durante 10 dias, conhecer as experiências de combate ao trabalho escravo no Paquistão no mês de agosto.

**Ruth Vilela** – Pode ser 28? 28. A do Pará vai se mover para a frente ou vai para 18?

**Leonardo Sakamoto** - Poderia ser para 18 ou 19. Porque é uma reunião itinerante e, não necessariamente, precisaria de ter essa agenda tão rígida.

**Ruth Vilela** – Até mesmo porque tem que ver a agenda da governadora.

**Leonardo Sakamoto** - Sim. Justamente isso. E a outra ficaria para 23 de outubro e, a reunião final do ano, para 27 de novembro.

**Ruth Vilela** – Lembrando que não pode ser sexta-feira.

**Leonardo Sakamoto** - Não, mas vai ser em setembro, não em julho. Só em julho. As 3 ordinárias seriam em Brasília e, a itinerante, em Belém do Pará, já confirmando a data com a agenda da governadora. Em princípio, 18 ou 19 de setembro.

**Ruth Vilela** – Setembro. Depois, vêm outubro e novembro. É isso?

**Leonardo Sakamoto** - Outubro e novembro seriam reuniões ordinárias aqui. 27 de novembro.

**Ruth Vilela** – 27 de novembro. E outubro?

**Leonardo Sakamoto** - 23. Seria uma terça-feira.

**Ruth Vilela** – Está ótimo. Todo mundo de acordo? A gente precisaria, então, depois tentar fazer, de uma forma bem objetiva, já uma pré-pauta para a próxima reunião para a gente garantir meu modo de entender duas coisas. Essa questão da revisão do Decreto e criação do Regimento e fechar essa história da avaliação do Plano Nacional. Pode ser, Zé Camargo?

**Clóvis Veloso de Queiroz Neto** - Para o dia 28?

**Ruth Veloso** – 28 de agosto.

**José Guerra** - A princípio, sim.

**Ruth Vilela** – Dá tempo? Porque, daí, a gente elimina dois pontos dessa pauta, que estão sempre voltando. Pode ser? Todo mundo de acordo? Raquel, a Minuta do Regimento foi aquela construída bem no início.

**Raquel Cunha** – Na verdade, eu fiz uma versão muito preliminar. Eu me lembro que, à época, a OAB fez umas sugestões. Agora, é uma coisa tão antiga, deve estar tão desatualizada a partir da nossa prática, que é apenas um ponto de partida.

**Ruth Vilela** – Mas eu acho que pode ser disponibilizado para todo mundo.

**Fabíola Araújo** - A Comissão ficou designada a receber no dia 30.

**Clóvis Veloso de Queiroz Neto** - Agora, a gente pode disponibilizar já com as mudanças sugeridas na reunião com a Doutora Carla Danamatra. Então, a gente manda logo e já convoca uma reunião com o GT, que foi tirada na última reunião, e tenta fazer duas reuniões ainda para a gente apresentar a proposta toda amarradinha no dia 28 de agosto.

**Ruth Vilela** – Ótimo. Ok, gente? Mais alguma coisa pendente?

**Fabíola Araújo** - Eu tenho. Eu queria já fazer uma sugestão de pauta para a próxima reunião, que é uma avaliação do projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT.

**José Guerra** - Tem um pessoal de algumas universidades fazendo pesquisas a respeito de imigração e questão de carvoaria. Inclusive, têm filmes que fizeram sobre isso. Um dos que têm trabalhado o tema é o professor José Roberto Novaes. Ele tem filmes sobre o assunto e tem estudado o assunto já há alguns anos. Eu queria sugerir uma vez convidar esse pessoal que está estudando o tema, a questão dos trabalhadores, as conseqüências do trabalho, tudo, para que, um dia, apresentem algo sobre essa pesquisa de trabalho tanto sobre migração quanto cana-de-açúcar numa das reuniões do CONATRAE.

**Xavier Plassat** - A gente poderia estar fazendo a abertura da reunião da CONATRAE. A gente poderia pegar uma apresentação limitada no tempo, é claro, seus 20 minutos, sobre alguma coisa assim.

**José Guerra** - Eu queria sugerir, também, que, até o fim do ano, se fosse o caso, de Xavier e Leonardo fazerem um breve balanço do que eles estão visitando no Paquistão. Acho que é interessante. Que pudesse socializar o resultado dessa pesquisa. Mas, encaixar isso na pauta, sem atropelamento.

**Xavier Plassat** - Talvez para o dia 28 não, porque eles estão voltando dia 25, 26. Mas, talvez a gente já colocar na pré-pauta do dia 23 de outubro, eles abrem a reunião com esse relato sobre a viagem, as experiências do Paquistão no combate ao trabalho escravo.

**José Guerra** - Se a gente conseguir voltar daquele país.

**Xavier Plassat** - É por isso que a gente coloca na pré-pauta.

**Ruth Vilela** – Mais alguém?

**José Guerra** - Ruth, depois o informe também, por favor.

**Ricardo Rezende Figueira** - O primeiro informe é o recebimento, pelo Gabinete do Ministro Vanuck e o ofício do senador José Nery, que é presidente da subcomissão de combate ao trabalho escravo da Comissão de Direitos Humanos do Senado, solicitando ao presidente da Câmara, Arlindo Chinágliã, a colocação em Pauta de Votação do segundo turno da PEC 438/2001. Ele informou à gente que fez esse pedido e foi dada essa conversa com o presidente da Câmara, Arlindo Chinágliã. E o outro, também do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos da Tailândia, que pede apoio da gente com o Supremo Tribunal Federal no julgamento de recursos, que são de temática vinculada ao trabalho escravo. São três recursos: recurso extraordinário 466508, o 567565 e o 538519. Todos

eles com a temática do trabalho escravo no Maranhão. São esses dois ofícios recebidos pelo gabinete do Ministro, enquanto presidente da CONATRAE.

**Ruth Vilela** – Comentários?

**José Guerra** - Só para fazer um convite, Doutora Ruth, que a ANAMATRA, no dia 14 de agosto agora, um pouco mais de 15 dias, nós vamos lançar, na sede da Associação, uma campanha pela efetivação de direitos do trabalho. A nossa atual gestão chegou à conclusão de que existem muito mais que rumores, existem quase certezas de que haverá um profundo debate sobre a reformulação da Legislação Trabalhista. E, certamente, toda proposta de reformulação da Legislação Trabalhista tem sido pautada por uma precarização ou pela redução de direitos da classe dos trabalhadores. Então, a Anamata quer se antecipar e está lançando. Então, é uma campanha de efetivação. Um dos lemas da campanha é que não se pode imaginar a redução de direitos para uma população, onde a maioria delas sequer teve o mínimo desses direitos alcançados. Então, a Anamata está lançando essa campanha dia 14, já estou convidando a todos aqui. Vocês devem ter recebido. Se não receberam, estarão recebendo os nossos convites para participarem. O evento será na própria sede da Associação. No mesmo dia, nós teremos uma palestra com o professor Luiz Gonzaga Beluzzi, que é economista da UNICAMP, uma das pessoas mais preocupadas com essa temática no Brasil. E eu gostaria de contar com a participação de todos lá. Todo mundo está convidado desde já.

**Cláudio Montesso** – A gente teve essa discussão, mas foi na legislação passada. Pela legislatura passada, pelo Regimento Interno, parece que, se não fosse aprovada, ela poderia ser rerepresentada na nova legislatura. Agora, como nós já estamos na nova legislatura, eu acho que é um caso para se pensar com mais calma, porque é todo um trabalho de já aprovação no Senado, já aprovação, em primeiro turno, na Câmara e nós só poderíamos apresentar em 2011 uma nova proposta.

**Ruth Vilela** – Vamos deixar essa questão para a próxima reunião. É isso? Então, vamos deixar para a próxima reunião. Então, acho que a gente pode finalizar.

**Xavier Plassat** - Acrescentando a informação que o Guerra deu. Nós tivemos a surpresa, há 10 dias, descobri que o famoso Branquinho, que nos preocupou durante anos e que estava foragido há quase três anos, recebeu, do STJ, deferimento do seu pedido de *habeas corpus*. Foi no último dia do expediente do STJ, dia 28 de junho. O acórdão, até hoje, não foi publicado. E, com isso, não houve possibilidade de recurso do Ministério Público Federal. A situação, bastante lamentável, tanto é que quem deu essa decisão é a mesma Quinta Turma que, por oito vezes, nos últimos três anos, havia rejeitado. Então, ela mudou de opinião. O interessado promoveu uma festona maravilhosa nas praias do Rio Araguaia no mesmo dia, há 15 dias, e a Polícia Federal não teve como prender ninguém.

**Ruth Vilela** – Frei Xavier, eu acredito que algumas pessoas aqui não saibam quem é o Branquinho.

**Xavier Plassat** – Foi um dos casos que nos motivou bastante no início dessa Comissão, pode-se dizer, quando, em 2002, existia a Comissão Especial de Combate ao Trabalho Escravo, criado sob a responsabilidade do professor Souza Martins, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no intuito de apresentar, em regime de emergência, Proposta de Combate ao Trabalho Escravo perante o crescimento da pressão internacional que o Brasil sofria na época. Então, nessa Comissão, enquanto representante da CPT, eu levei

informação, a partir de maio de 2002, da chegada sucessiva à cidade de Ananais, norte de Tocantins, de cadáveres de peões que voltavam todos da Terra do Meio, na região do Iriri, onde, supostamente, eles haviam sofrido acidente do trabalho. Todos tinham qualidade de peão contratado por gatos de Ananais e região. Três vezes foram necessárias repetir essa instância na Comissão. Em junho, em julho, quando já o número de cadáveres totalizava oito. Foi quando o Procurador-geral da República determinou uma ação conjunta com a Polícia Federal na cidade de Ananais. E, quando foram decretados pela Justiça Federal, fez mandato de prisão, dois deles dirigidos a dois fazendeiros. Um deles, apelidado de Branquinho, Ademir Lima Nunes. Que, na verdade, é um cearense que já tinha ficha-crime bastante cheia e tinha encontrado em Tocantins possibilidade de refazer a sua vida em outros tráficos e sua ficha tinha denovo de ser renovada. Bastou ele ter essa prisão decretada para todas essas ordens de prisão que ele tinha na justiça de Tocantins. Por milagre, ele ficou fora do alcance da justiça durante quase cinco meses. Entregou-se à justiça de Marabá pensando que sua falta seria mais branda. O juiz reforçou a prisão dele depois de constatar que ele tinha, neste período, esbaleado várias ameaças contra Procurador da República, especialmente Maríogos de Avelar, por motivo da saída, da transferência de Maríogos de Avelar dessa região, e contra um casal de trabalhadores em Ananais, que entrou no programa em proteção à testemunha, e contra três agentes da CPT, entre os quais eu me incluo, e que obrigou, durante mais de 12 meses, a usar bastantes regras de prudência da parte dos meus colegas. Ele ficou pouco tempo na prisão. Fugiu pela porta da frente de Marabá, depois de três semanas. E, denovo, ficou foragido durante um ano, foi recapturado em Fortaleza sobre o potente esquema de armas levada a Marabá, onde, de forma inesperada, o juiz substituto, juiz federal relaxou a prisão dele ao chegar à cadeia. E, neste momento, o Ministério Público Federal recorreu e conseguiu nova determinação da prisão dele. Mas, de lá para cá, o Branquinho, ou seja, há quase três anos, ficou foragido. Em outubro passado, ele recebeu condenação da Justiça Federal de Marabá e entrou com novos pedidos de *habeas corpus*. Ele recorreu contra a sentença e esse pedido de *habeas corpus*, que agora foi julgado, em 28 de maio. Mais ou menos isso o resumo. Então, a preocupação nossa é muito grande.

**Ruth Vilela** – Bom, vamos partir para o finalmente. Você vai falar, Patrícia?

**Patrícia Audi** - Eu queria saber se essa notícia deve ou não ser divulgada.

**Ruth Vilela** – Ela não sabe se o impacto é positivo ou negativo. Bom, gente, vamos partir para os finalmentes. Qualquer coisa, a gente pode se comunicar por e-mail? Alguma coisa que a gente tenha que fazer, que tenha que encaminhar. Pode ser? Acho que não vai dar para resolver isso agora.

**Xavier Plassat** - Através da publicação, seria mais bem-vinda e teria mais sustentação.

**Ela Wiecko V. de Castilho** - Não. É a Turma. Não sei. Eu acho muito difícil de reverter o recurso. O que é mais importante é manter o julgamento pela ação. Porque, aí, é a condenação. Agora, sempre ele vai usar todos os meios para postergar o início de execução da sentença. A gente vai examinar essa possibilidade dos embargos também para, já que ele complica tanto, também vamos complicar.

**Xavier Plassat** - Na verdade, no momento, interessa-nos mais o avanço processual que a divulgação. Porque não vejo bem o benefício dessa propaganda. Por certo momento, eu achava que o contraste criado pela prisão dos 14 cortadores de cana e essa liberalidade com

o Branquinho... o contraste que poderia ter sido significativo de ser divulgado, publicado na ação ao mesmo tempo...

**Patrícia Audi** - Qual a resposta da publicação nesse momento? É um cara perigoso.

**Ruth Vilela** – Gente, vamos finalizar? Bom, eu não poderia deixar de terminar essa reunião sem agradecer a todos vocês não só pelo apoio do pessoal, mas o apoio do trabalho dos nossos auditores, dos Grupos Móveis, da minha equipe. E só gostaria de deixar a segurança para todos de que, efetivamente, a gente tem feito um esforço significativo para aprimorar as nossas ações, aprimorar os nossos procedimentos. Quem acompanha o trabalho mais de perto sabe, inclusive, que eu já excluí auditores do Grupo Móvel por entender que a pessoa não tinha o perfil adequado ou poderia agir de forma eventualmente mais abusiva. A gente faz isso permanentemente. Em alguns casos, a gente faz as exclusões até de comum acordo com o Ministério Público, quando o atrito é constante e prejudica as ações. Então, eu só queria dizer que a gente tem feito um esforço imenso para continuar merecendo toda essa confiança de todos vocês, dos trabalhadores e da sociedade em geral. E gostaria de dar o meu depoimento: tem pouco tempo que a gente convive com o Ministro Lupi, mas, sem dúvida alguma, eu, hoje, acho que deu para vocês perceberem, pessoalmente, ele é uma pessoa, sem dúvida alguma, que, gradativamente, será conquistada para essa nossa luta. Quando ele enfrentou esse problema pela primeira vez, na verdade, ele tinha pouquíssimas informações. Então, a situação, para ele, foi mais difícil que de outros Ministros que já vinham acompanhando o trabalho há mais tempo. Mas ele é uma pessoa extremamente correta, bem intencionada. E eu acho que foi importante ele ter um contato com essa Comissão hoje. E a gente tem que insistir para que ele continue participando de outras reuniões para que, gradativamente, ele vá entendendo, cada vez mais, o nosso trabalho, as dificuldades. E, vocês podem ter certeza, sem dúvida alguma: ele é e será um aliado, desde que a gente consiga envolvê-lo cada vez mais e que o aprendizado dele seja de curto prazo porque a gente também não tem tanto tempo pela frente para ir deixando todas essas políticas de maneira mais sólida e menos vulnerável a esses eventuais ataques. No mais, muito obrigada em meu nome, em nome de toda a minha equipe, da CIT e dos Grupos Móveis. E, até a próxima reunião. Se acontecer qualquer coisa excepcional, como sempre, sempre estaremos nos comunicando.